



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2020	
OBJETO	Contratação de empresa especializada na prestação serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e o Projeto Eleitor em Perspectiva 2020, nos termos e condições estabelecidos neste edital e seus anexos.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Das 08h00m do dia 3 de junho até às 14h30m do dia 19 de junho de 2.020 , no sitio www.comprasnet.gov.br (UASG 070024), devendo ser observado o horário oficial de Brasília.
ABERTURA DAS PROPOSTAS	As propostas serão abertas no sítio www.comprasnet.gov.br (UASG 070024), às 14h30m do dia 19 de junho de 2.020 . A sessão pública será operada sistema no comprasnet, por meio do Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br).
ENDEREÇO DO TRE/RO	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União CEP 76.805-901 Porto Velho – Rondônia Telefones: (69) 3211-2165/2168/2082 Internet: www.tre-ro.jus.br
PREGOEIROS	ANDERCLEDSON REIS HERMENSON PEREIRA DA SILVA JHONATHA SOUZA FONSECA LIZ CRISTINA PINTO DUARTE ROBERTO AZEVEDO ANDRADE JÚNIOR E-MAIL: licitacao@tre-ro.jus.br



Sumário

1. PREÂMBULO	3
2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	3
3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	5
5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS	7
6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES	9
8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	10
9. DA HABILITAÇÃO	12
10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO.....	15
11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP	16
12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	17
13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DO CONTRATO	18
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	19
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2020
(PROCESSO Nº 0000722-74.2020.6.22.8000)**

1. PREÂMBULO

1.1. A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, através de seu **PREGOEIRO**, designado pela Portaria nº 703/2019, expedida pela Presidência deste TRE/RO, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, por lote, na forma de execução **INDIRETA**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, consoante as condições estatuídas neste edital e seus anexos.

1.2. Esta licitação será regida pela Lei Complementar n. 123/2006, pela Lei nº 10.520/02, pelos Decretos Federais nº 8.538/2015 e 10.024/19 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, além do previsto no item 1.0 do Termo de Referência.

1.3. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será operada sistema no comprasnet (www.comprasnet.gov.br), por meio do Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br), e terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, às **14h30m do dia 19 de junho de 2020**.

2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. O edital estará disponível a partir das **08h00min do dia 3 de junho de 2020**, nos sítios da internet www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 070024) e <http://www.tre-ro.jus.br/transparencia/licitacoes/licitacoes-2020/pregoes-eletronicos> ou, ainda, mediante **solicitação formal** pelo e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.

2.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do edital no prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

2.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação ao edital, devidamente identificados, serão realizados **exclusivamente por meio eletrônico** e deverão ser apresentados ao Pregoeiro através do endereço: licitacao@tre-ro.jus.br.

2.4. O Pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

2.5. Os questionamentos serão respondidos e publicados em ordem sequencial na página da internet do TRE/RO, no endereço <http://www.tre-ro.jus.br/transparencia/licitacoes/licitacoes-2020/pregoes-eletronicos> e na página de compras na internet do Governo Federal, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 070024). As respostas vincularão os participantes e a administração, sendo dever das empresas licitantes acompanhá-las, não podendo alegar desconhecimento.

2.6. Havendo qualquer modificação no edital, será exigida divulgação pelo mesmo instrumento de publicação, no qual se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e o Projeto Eleitor em Perspectiva 2020, nos termos e condições estabelecidos neste edital e seus anexos, abaixo resumido:

LOTE	ITEM		Qtd.	PARTICIPAÇÃO
1	1	Serviço de filmagem	45	AMPLA CONCORRÊNCIA
	2	Serviço de filmagem	40	
	3	Serviço de filmagem	13	
	4	Serviço de filmagem	10	
	5	Produção e vídeo	3	
	6	Produção e vídeo	2	
	7	Produção e vídeo	40	
	8	Produção e vídeo	13	
2	9	Locação de painel de LED	2	EXCLUSIVO ME/EPP
	10	Locação de painel de LED	1	
	11	Locação de painel de LED	8	
3	12	Serviço de filmagem	1	EXCLUSIVO ME/EPP
	13	Serviço de filmagem	1	

3.2. O objeto desta licitação completa-se com as especificações, termos e condições estabelecidos no **Anexo I - Termo de Referência** deste edital o qual define as quantidades, a forma de execução dos serviços e as obrigações das partes e as penalidades decorrentes do descumprimento dessas obrigações.

3.3. No caso de eventuais divergências entre a descrição do serviço neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida no Termo de Referência.

3.4. As despesas decorrentes da eventual contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral, conforme abaixo:

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA	
Exercício	2020
Funcional Programática	02.061.0033.4269.0001 – Pleitos Eleitorais
Ação Orçamentária	4269 – Pleitos Eleitorais
Subtítulo	
Plano Orçamentário	0001 – Pleitos Eleitorais – Despesas Diversas
PTRES	167864
Pré-Empenhos/SIAFI	2020PE0000093
Plano Interno	Natureza da Despesa
DIV SERVIC1	33.90.39.59

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação:

4.1.1. Relativamente ao item lote 1: **AMPLA CONCORRÊNCIA**, quaisquer empresas do ramo, de qualquer porte, observadas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4.1.2. Relativamente aos lotes 2 e 3 do objeto: exclusivamente as **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, consoante dispõe o art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 e art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.;

4.1.3. Em qualquer dos casos previstos nos itens 4.1.1 e 4.1.2, poderão participar do certame as empresas que:

a) estejam previamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) – a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico “*COMPRASNET*”;

a.1) o credenciamento no SICAF, no nível básico ou nível I, é requisito obrigatório para participação no pregão eletrônico, uma vez que se constitui em credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET;

b) possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

c) manifestarem a ciência e concordância com as condições contidas neste edital e que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

4.1.4. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, junto à SLTI dar-se-á mediante o seu prévio registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, no Nível I - CREDENCIAMENTO, que é o nível básico do registro cadastral no SICAF, para participação em licitações eletrônicas.

4.1.5. Após o cadastro no SICAF, o fornecedor deverá se cadastrar no Comprasnet para participar das licitações eletrônicas.

4.1.6. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/RO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.1.7. O credenciamento perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.1.8. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.



4.1.9. A verificação de que a licitante possui registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação poderá ser feito em qualquer fase da licitação mediante solicitação de apresentação de cópia do ato constitutivo ou consulta dos registros no SICAF.

4.1.10. A manifestação da licitante de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, deverá ser feita em campo próprio do sistema eletrônico.

4.2. No presente certame será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015.

4.2.1. Para usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, a licitante deve, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, declarar sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

4.2.2. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, diligenciar no sentido de verificar se a licitante declarante está devidamente enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3. Não poderão participar deste pregão eletrônico pessoas jurídicas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) relativamente aos itens 2 e 3 do objeto, que não sejam Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, consoante dispõe o art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 e art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;

b) não possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

c) que, em regime de **consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

d) que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo se comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;

e) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93) imposta por este Tribunal desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, (Acórdão TCU n. 3.243/2012-Plenário e Acórdão TCU n. 2.242/2013 – Plenário)

f) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal (art. 7º, da Lei nº 10.520/02), imposta por qualquer órgão ou entidade no âmbito interno da União (Acórdão TCU n. 2.242/2013).

g) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;



h) empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);

i) estrangeiras não autorizada a funcionar no País;

j) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

k) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE/RO.

4.4.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

4.5. Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) participação no certame de empresa que não possua registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

b) declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e

c) declaração falsa relativa a atendimento dos requisitos para gozo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 ou relativa a qualquer outro benefício ou preferência.

d) participação no certame de empresa enquadrada em quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 4.3 e 4.4 deste edital.

5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

5.1. Após a divulgação do edital, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, os licitantes deverão apresentar propostas, **ACOMPANHADAS DOS ANEXOS DE PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

5.1.1. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.1.2. Uma vez aberta a sessão, não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.

5.2. A proposta deverá descrever, no espaço reservado pelo Sistema Eletrônico, a especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação.

5.2.1. A proposta deve conter, obrigatoriamente, o preço, no VALOR TOTAL PARA CADA ITEM, expresso em moeda corrente nacional, obtido por meio do preenchimento do ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA.

5.2.2. Constitui ANEXO OBRIGATÓRIO DE PROPOSTA, a apresentação do ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA, que deverá ser apresentado nos termos no item 5.1. deste edital, devidamente assinado, quando do cadastramento da proposta no sistema, devendo ser ajustada no caso de redução dos valores.

5.3. É facultado aos licitantes encaminhar descrição complementar às especificações contidas no edital. Todavia, eventualmente informada, vinculará a aceitação e execução do objeto.

5.3.1. A descrição complementar deverá apenas acrescentar características e especificações à descrição originalmente definida no edital para o objeto, não podendo, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA O ITEM, conter elementos que contrariem as características e especificações do objeto estabelecidas originalmente no edital, reduzindo a sua qualidade ou utilidade.

5.4. Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, entrega/frete, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

5.4.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexecutável, serão considerados como inclusos nos descontos, não sendo considerados pleitos de ajustes de descontos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

5.5. Em nenhuma hipótese, poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer condição que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos valores ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame ou durante a negociação.

5.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, sendo que quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexecutável, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

5.7. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da Sessão Pública.

5.7.1. Ficará suspenso esse prazo pela eventual interposição de recurso, até a sua decisão final;

5.7.2. Em havendo negociação para redução de valores ou ajuste na proposta, o prazo passará a contar da apresentação da proposta atualizada.

5.7.3. O prazo de validade da proposta poderá ser prorrogado por acordo entre as partes.

5.7.4. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro, através do Sistema Eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas e encaminhadas, no prazo avençado.

6.2. Serão previamente desclassificadas, não havendo possibilidade de as respectivas licitantes participarem da fase de oferecimento de lances e sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital as propostas que:

- a) não atenderem às especificações do edital, seja por omissão, irregularidades ou defeitos insanáveis; e
- b) contenham quaisquer elementos que possam identificar as licitantes.

6.2.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, cujos valores consignados e horários de seus registros serão informados em tempo real a todas as licitantes participantes, mantendo-se em sigilo a identificação da licitante ofertante.

7.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados considerando o **VALOR TOTAL PARA CADA ITEM**, cabendo exclusivamente ao sistema Comprasnet o agrupamento dos itens em lotes, conforme estabelecido no Termo de Referência.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação e o intervalo mínimo de **0,5% (meio por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, observados os termos do item 7.2.

7.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

7.6. Será adotado o modo de disputa aberto, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos.

7.6.1. Após o prazo do item 7.6, a etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



7.6.2. Novas prorrogações sucessivas de dois minutos ocorrerão sempre que houver lances enviados no período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.6.3. Encerrada a fase de lances sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.7. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e, nesse caso, será reiniciada somente depois de decorrido o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <http://www.tre-ro.jus.br/transparencia/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2020/pregoes-eletronicos>.

7.8. Os lances apresentados e não excluídos pelo Pregoeiro são de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração ou desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste edital.

7.9. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

7.9.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no item 7.9, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio realizado pelo sistema eletrônico.

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de lances da sessão pública, o Pregoeiro iniciará o julgamento da aceitabilidade das propostas apresentadas em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e aos preços estimados pela Administração para cada um dos itens.

8.2. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO por lote, observados os valores unitários de cada item que o compõe e o disposto no item 7.1.1.**

8.3. A aceitação da proposta está condicionada à compatibilidade do seu valor ofertado com aqueles estimados pela Administração e à consonância desses valores com aqueles praticados no mercado, sem prejuízo do atendimento às exigências expressas neste instrumento convocatório e seus anexos, especialmente àquelas relativas aos prazos máximos para execução dos serviços, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos.

8.3.1. Não será admitida a aceitação ou recusa parcial de um lote. A recusa de um item implica na recusa do lote respectivo.

8.4. Obtida uma proposta que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro iniciará a negociação do preço, observada a ordem de classificação, encaminhando pelo Sistema Eletrônico, via chat, contraproposta à licitante, com o objetivo de obtenção da melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

8.5. No caso de a verificação da compatibilidade ocorrer em decorrência de oferta de preço demasiadamente inferior àquele estimado pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta (exceto quando os preços referirem-se a materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) bem como, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada, sendo considerados preços manifestamente inexequíveis aqueles que não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.5.1. Verificada proposta presumidamente inexequível, a proponente será convocada via chat a apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de recusa da proposta:

- a) documentação idônea comprovando que o valor da proposta é suficiente para cobrir, pelo menos, todos os custos da contratação;
- b) Planilha com todos os custos.

8.5.2. O prazo previsto para comprovação de exequibilidade da proposta poderá ser prorrogado uma única vez, a pedido da empresa licitante, até o máximo de 5 (cinco) dias úteis, desde que o pedido seja devidamente justificado.

8.5.3. Será recusada a proposta manifestamente inexequível se a proponente, convocada via chat, abrir mão de seu direito de tentar comprovar a exequibilidade de sua proposta, manter-se inerte/silente, não apresentar a documentação solicitada ou não comprovar robustamente a exequibilidade.

8.6. Encerrada a negociação, restando esta **infrutífera, com preço julgado inaceitável**, o Pregoeiro recusará a proposta da licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta da licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

8.7. Encerrada a negociação, restando esta frutífera, com preço julgado aceitável, o Pregoeiro solicitará, **se for o caso**, o ANEXO DE PROPOSTA, somente ao licitante detentor da proposta válida, de menor preço, que esteja em análise, fazendo uso da opção CONVOCAR ANEXO, informando o sistema na tela do Pregoeiro na coluna “ANEXO”, o *link* “CONVOCADO”.

8.7.1. O Sistema encaminhará, via CHAT, mensagem de convocação para apresentação de anexos de proposta ao licitante selecionado, momento do qual passará a contar o prazo máximo de até 2 (duas) hora para apresentação do anexo de proposta solicitado, o que deverá ser feito por meio do *link* ANEXAR, disponível ao licitante.

8.7.2. Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantos vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.

8.7.3. Realizada a entrega do anexo de proposta por parte do licitante, o *link* CONVOCADO do Pregoeiro e o *link* ANEXAR dos demais fornecedores passarão a ter a função de CONSULTAR..

8.7.4. A não apresentação dos anexos de proposta solicitados no prazo estipulado implicará na recusa da respectiva proposta.

8.7.4.1. O ônus da apresentação dos anexos de proposta é da empresa licitante, cabendo-lhe a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.



8.8. Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares para confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados pela licitante que apresentou o menor preço, seja para verificar o atendimento às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital ou por outros motivos devidamente justificados, o Pregoeiro poderá solicitar a essa licitante, através do Sistema COMPRASNET – Opção CONVOCAR ANEXO, **documentação complementar**, no prazo e forma previstos no item 8.7., prorrogável, a critério do Pregoeiro.

8.8.1. O prazo para envio da documentação complementar previsto no item 8.10 poderá correr simultaneamente com o prazo previsto no item 8.7.1.

8.8.2. O não envio pelo licitante do anexo solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento.

8.8.3. O anexo apresentado poderá ser submetido à análise da unidade técnica competente para o objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do produto ofertado em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.

8.8.4. Se, após a análise dos documentos encaminhados pelo licitante, for verificado que o serviço ofertado não atende às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro recusará a proposta da licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta da licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

8.9. Em qualquer momento, caso seja necessário para a adequada compreensão e regularidade da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar informações e/ou documentos complementares, sendo motivo de recusa da proposta o não atendimento ou o atendimento inadequado por parte da empresa licitante.

8.10. Obtida proposta que atenda aos requisitos do edital, o Pregoeiro procederá à aceitação e passará à Fase de Habilitação.

8.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferição da exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo fundamentar seu requerimento, o qual terá pertinência das alegações apresentadas analisada pelo Pregoeiro.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Para habilitação da licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a:

- a) habilitação jurídica;
- b) qualificação técnica;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) regularidade fiscal e trabalhista (Lei n. 12.440/11); e
- e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n. 9.854/99).

9.2. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** são os seguintes:



- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do rol de diretores em exercício; e
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** são os seguintes:

I - EM RELAÇÃO AO LOTE 1: Apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de:

- a) serviços de filmagem de no mínimo 1 hora, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras;
- b) filmagem de no mínimo 1 hora realizada com a utilização *drone* profissional, com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons;
- c) produção, edição e finalização de vídeos de no mínimo 3 minutos, de preferência do tipo documentário institucional (VT);

II - EM RELAÇÃO AO ITEM 01 DO LOTE 03: Apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de:

- a) Serviço de filmagem ininterrupta de no mínimo 9 (nove) horas, na qual tenha sido utilizado:
 - a.1) equipamentos para captação de áudio por meio de microfones e vídeo por câmara alta definição HDV/fullHD;
 - a.2) profissionais necessários à execução dos serviços.

9.3.1. Acerca dos atestados, deve-se observar:

- a) Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior.
- b) Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão.
- c) Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação, complementação ou diligências para verificação da veracidade, durante o certame licitatório.

9.4. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** são os seguintes:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida no domicílio da pessoa jurídica, com data de expedição de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da abertura do certame, salvo se houver prazo de validade expresso no documento.



a1) Caso a empresa se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, deverá comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;

a.2) A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e em seus anexos.

9.5. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA são os seguintes:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal (inclusive contribuições sociais/previdenciárias), mediante certidão negativa de débitos ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

e) Prova de regularidade junto à Fazenda Pública Estadual e Municipal, se for o caso.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

9.6. As declarações abaixo deverão ser enviadas pelo licitante através do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET no momento do envio da proposta, sendo obtidas pelo Pregoeiro diretamente do sistema na fase de habilitação:

a) declaração de ciência e concordância com as regras do edital (art. 4º, VII, da Lei 10.520/02);

b) declaração da condição de ME/EPP (art. 13, §2º, do Decreto 8.538/15);

c) declarações de inexistência de fato superveniente (art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93);

d) declaração de adequada empregabilidade de menor (art. 27, V, da Lei nº 8.666/93);

e) declaração de elaboração independente de proposta (IN/MPOG nº 02, de 16/09/2009);

f) declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado (inc. III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal).

g) declaração de acessibilidade, se for o caso (art. 93 da Lei nº 8.213/91);

h) declaração de cota de aprendizagem, se for o caso (art. 429/CLT).

9.7. Constituem, ainda, informações complementares à habilitação, a serem obtidas pelo Pregoeiro diretamente dos sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis:



a) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form e obtenção de certidão negativa;

b) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) mantido pela da Controladoria-Geral da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, e, utilizando o número do CNPJ da licitante, obtenção da informação de que não foram encontrados registros;

c) comprovação de inexistência de registro na Lista de Licitantes Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO> e obtenção de certidão negativa.

10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

10.1. A apresentação dos documentos de habilitação por parte da empresa licitante deverá ser realizada através do Sistema Comprasnet, **NO MOMENTO DO CADASTRAMENTO DE SUA PROPOSTA**, por meio de chave de acesso e senha, sendo vedada a apresentação posterior de documento que deveria ter sido apresentado no momento do cadastramento da proposta no sistema.

10.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, cuja eventual falsidade sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na legislação regente.

10.3. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser apresentados pelo licitante melhor classificado no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

10.3.1. Para apresentação de documentação complementar, o Pregoeiro efetuará a solicitação mediante do uso da função CONVOCAR ANEXO, a qual, uma vez utilizada, informará na tela do Pregoeiro que foi aberto *link* de comunicação para envio de arquivos eletrônicos, apresentando o *status* “CONVOCADO” e encaminhará à licitante, via CHAT, mensagem de convocação para envio de anexo, registrando o horário da mesma, o qual constitui o marco inicial da contagem do prazo.

10.3.2. Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantas vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.

10.3.3. Uma vez solicitados, o ônus da apresentação dos documentos complementares é da empresa licitante, cabendo-lhe a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

10.4. A documentação exigida para atender ao disposto no item 9.1 e respectivos subitens, incisos, parágrafos e alíneas, do caput poderá ser obtida pelo Pregoeiro mediante consulta ao SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), no que couber, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências;

10.4.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser apresentados nos termos do disposto no item 10.1.

10.4.2. Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pela licitante ou dos registros no SICAF, a consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.4.3. A empresa licitante é responsável pela manutenção das condições de habilitação durante todo o certame, devendo reapresentar documento cujo prazo de validade tenha expirado, quando convocada pelo Pregoeiro, na forma de documentação complementar.

10.5. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente edital.

10.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do próprio licitante:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Documentos emitidos em nome da matriz somente serão válidas para suas filiais mediante expressa declaração do órgão emissor ou de disposição legal.

10.7. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade dos documentos de habilitação apresentados com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como promover diligências e solicitar documentação complementar, o Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

10.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, será observado o intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação no sistema.

10.8. A licitante será INABILITADA se:

- a) Não apresentar a documentação exigida no edital, quando do cadastramento de sua proposta, ou solicitada pelo Pregoeiro;
- b) Apresentar documentação intempestiva ou por meio inadequado;
- c) Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.

10.9. No caso de inabilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte do licitante posteriormente classificado, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

10.10. Verificado o atendimento às exigências habilitatórias fixadas no edital, a licitante será HABILITADA e declarada vencedora.

11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP

11.1. Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte na fase de habilitação, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, e o Decreto Federal n. 8.538/2015.



11.2. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

11.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.5. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o art. 4º, inciso XV, da Lei nº 10.520/02.

11.6. O não-atendimento a pedido de concessão da prorrogação de prazo de que trata o subitem 11.4, devidamente requerida e justificada pela licitante, deverá ser justificado pela Administração.

11.7. A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, podendo ensejar a abertura de processo administrativo com vistas à aplicação de penalidade, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520.

11.8 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista.

12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Após declarar a vencedora do certame, o Pregoeiro deverá conceder o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante possa, imediata e motivadamente, manifestar intenção de recorrer, registrando sua manifestação no sistema.

12.2. A ausência de manifestação imediata e motivada no prazo de 30 (trinta) minutos implicará decadência do direito de recurso das licitantes.

12.3. Não havendo apresentação de intenção de recurso, o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.

12.4. Apresentada a intenção de recurso, sendo esta aceita pelo Pregoeiro, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso ao(s) licitante(s) interessado(s), ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.5. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

12.6. A falta de apresentação das razões de recurso caracterizará a desistência de recorrer, hipótese em que o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.



12.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8. Decididos os recursos, a autoridade competente poderá efetuar a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e homologar o certame.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DO CONTRATO

13.1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver o instrumento contratual, adaptado à proposta vencedora, devendo:

a) cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;

b) informar, tempestivamente, seu endereço bancário: número do banco, da agência e da conta corrente, bem como os dados de contato, endereço e documentais da empresa e do responsável pela assinatura do instrumento contratual, encaminhando tais informações para o endereço e e-mail: **contratos@tre-ro.jus.br**.

c) comprovar, no ato da assinatura do contrato, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) assinar o instrumento de contrato pelo SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, adotando-se os seguintes procedimentos:

d1) após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE/RO, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

d2) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar.

13.2. Se a adjudicatária não cumprir os prazos estabelecidos nas alínea “d1” e “d2” do item 13.1, sem justificativa formalmente aceita pelo Diretor-Geral do TRE/RO ou se a documentação prevista na alínea “c” não for apresentada, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o instrumento contratual, sem prejuízo das multas previstas neste edital e seus anexos, além da demais cominações legais.

13.3. O presente edital e seus anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante do Contrato.

13.4. Assinado o contrato, ficam a Administração contratante e a contratada obrigadas a cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no instrumento.

13.5. A Administração contratante efetuará o pagamento, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, nos termos e condições definidos no Termo de Referência e Instrumento Contratual.

13.6. À relação contratual, além das disposições previstas neste Edital, aplicam-se o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, as regras

do Código Civil Brasileiro.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Se a LICITANTE/ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA descumprir os termos e condições deste certame, do contrato e da proposta, conforme o caso, ficará sujeita às sanções previstas neste edital e seus anexos, além das estabelecidas na legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil.

14.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/19, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita-se à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE/ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA que:

- a) quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o instrumento contratual;
- b) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) não mantiver a proposta;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.3. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas em decorrência da assinatura do contrato, garantida a ampla e prévia defesa, sujeitará a contratada às sanções administrativas estabelecidas no edital, no Termo de Referência e no Instrumento Contratual.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

15.2. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

15.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

15.5. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.



15.6. A autoridade competente e o Pregoeiro, caso entendam necessário, poderão efetuar diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente na proposta ou na habilitação, podendo, inclusive, solicitar a apresentação do original ou de cópia autenticada, a ser entregue, se for o caso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, na sede Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, sito à Av. Presidente Dutra, 1889. Baixa União, Porto Velho – Rondônia. CEP 76.805-901.

15.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.8. A recusa de proposta, a inabilitação da licitante e qualquer outra decisão serão sempre fundamentadas e registradas no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

15.9. As hipóteses de desclassificação ou recusa de proposta e inabilitação dos licitantes poderão ensejar a abertura de processo administrativo para apuração da ocorrência de condutas tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520, com vistas à aplicação de penalidades, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, salvo nos casos em que forem acatadas pelo gestor as justificativas apresentadas.

15.10. Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

15.11. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.12. A anulação do procedimento induz à anulação das obrigações da adjudicatária ou contratada.

15.13. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.

15.14. Os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas são de responsabilidade exclusiva das licitantes.

15.14.1. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

15.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, observar-se-á:

a) quando contados em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no TRE/RO.

b) quanto contados em horas, a contagem será feita minuto a minuto, desprezando-se as frações de minuto, para mais ou para menos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

c) quanto contados em minutos, a contagem será feita segundo a segundo, desprezando-se as frações de segundo, para mais ou para menos.

15.17. Considerando a existência de mais de um fuso horário no País, os horários registrados neste edital serão considerados, **sempre, em relação ao horário oficial de Brasília**, devendo as licitantes observar, também, quando aplicável, o horário oficial de verão.

15.18. A decisão do Pregoeiro, quanto ao resultado do certame, será publicada no Diário Oficial da União.

15.19. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.20. Caso não compareçam interessados ao certame, o objeto deste pregão poderá, se assim decidir a Administração, ser contratado com dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, V, da Lei 8.666/93.

15.21. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes do Decreto Federal 10.024/19, das Leis 10.520/02 e 8.666/93 e da legislação correlata.

15.22. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Modelo de proposta;

ANEXO III – Minuta de contrato.

Porto Velho, 1º de junho de 2020.

ANDERCLEDSON REIS
Pregoeiro



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 25/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e **art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal nº 10.024/2019**, elaboramos o presente Termo de Referência com os elementos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e projeto Eleitor em Perspectiva 2020.

Observa, ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral por meio da Resolução TSE nº 23.234/2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

2.0 – OBJETO

2.1 - Prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e o Projeto Eleitor em Perspectiva 2020, de acordo com as descrições e quantidades relacionadas no quadro abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras	Período de 4 horas	45
	2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Capital.	Período de 4 horas	40
	3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas	13
	4	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização <i>drone</i> profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons.	Período de 2 horas	10
	5	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT)	Unidade	3



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

		de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3), podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.		
	6	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3), podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	2
	7	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), para o canal YouTube do TRE-RO – e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	40
	8	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3), podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	5
	TOTAL DE ½ (MEIA) DIÁRIAS (períodos de 4 horas) ESTIMADAS PARA O LOTE 1			108
	TOTAL DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS ESTIMADOS PARA O LOTE 1			50

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	DIÁRIAS	QUANTIDADE
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Período de 4 horas	2
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020.	Período de 4 horas	1
	3	Outros eventos institucionais do TRE-RO.	Período de 4 horas	8
	TOTAL DE 1/2 DIÁRIAS (períodos de 4 horas) ESTIMADAS PARA O LOTE 2			11

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	DIÁRIAS	Quantidade
------	------	-----------	---------	------------



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

				de Diárias
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de três urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Período de 12 horas	1
	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de duas urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, se houver.	Período de 12 horas	1
	TOTAL DE DIÁRIAS ESTIMADAS PARA O LOTE 3			2

2.2 - ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO:

a) Os prazos e datas acima informados poderão sofrer alterações, mediante justificativa, para atendimento do interesse público, e conforme necessidade e conveniência para a administração, previamente comunicados à contratada, sem ônus para a contratante, respeitada a legislação correlata.

b) Os serviços de filmagens, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, transmissão ao vivo (*streaming*) e gravação de sessões, eventos, capacitações e atividades institucionais e instalações de divulgações por meio de telões de LED, deverão ser executados de acordo com os detalhamentos abaixo:

2.2.1 - DO LOTE 1:

Especificação dos serviços do Lote 1: serviço de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, com duas câmeras filmadoras de alta-definição (HDV/fullHD) com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais e equipamentos de captação sonora posicionados de forma estratégica de modo a registrar as ações requisitadas pelo Tribunal, com possibilidade de recuperação dos dados, devendo a contratada fornecer todo o material a ser utilizado nos trabalhos, tais como equipamentos ou acessórios (gerador, no break, baterias, iluminação, tripés, grua de filmagem, etc) de modo a evitar quaisquer interrupções de filmagens, registrando os trabalhos, visando entregar ao final as filmagens totais dos itens 1 e 2 com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, consoante devidamente especificados abaixo.

2.2.1.1 - ITEM 01: Filmagem, com captação de imagens e sons das atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários ao resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial), com quantitativo estimativo total de até 45 (quarenta e cinco) requisições de 4 (quatro) horas com equipe de filmagem à disposição da administração do TRE-RO, efetuando todas as gravações necessárias, para as quais a Contratada deverá cumprir nos seguintes termos:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

- a) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com o período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;
- b) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número de requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 45 (quarenta e cinco) possíveis requisições de período de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao **direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 45 (quarenta e cinco) requisições de 4 (quatro) horas;**
- c) Utilização de **2 (duas) câmeras** que capturem imagens em alta definição HDV/fullHD, jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, microfone de mão e de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), iluminação e tripé, e fornecimento de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;
- d) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;
- e) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;
- f) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;
- g) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;
- h) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;
- i) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO ou pelos fiscais do contrato e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- j) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer aos sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;
- k) Os serviços serão executados no período de 10 (dez) meses após a assinatura do contrato, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.2 - ITEM 2: Filmagens, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais para o canal YouTube e redes sociais do TRE-RO das atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários o resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial). Os serviços ocorrerão da seguinte forma:

- a) Captação de imagens e sons objetivando a produção profissional de vídeos institucionais alta definição HDV/fullHD e sons, para veiculação também no canal YouTube e redes sociais do TRE-RO;
- b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;



c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 40 (quarenta) possíveis requisições de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 40 (quarenta) requisições de 4 (quatro) horas;

d) Utilização de 1 (uma) câmera que capture imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos, microfone de mão, de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), tripé e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;

e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;

f) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;

g) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;

h) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;

i) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;

j) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

k) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;

l) Os serviços serão executados no período de 10 (dez) meses após a assinatura do contrato, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.3 - ITEM 3: Filmagens, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais para o canal YouTube e redes sociais do TRE-RO da cobertura do "Projeto Eleitor em Perceptiva". Os serviços ocorrerão da seguinte forma:

a) Captação de imagens e sons objetivando a produção profissional de vídeos institucionais alta definição HDV/fullHD e sons, para veiculação também no canal YouTube e redes sociais do TRE-RO;

b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;

c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 40 (quarenta) possíveis requisições de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 40 (quarenta) requisições de 4 (quatro) horas;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

d) Utilização de 1 (uma) câmera que capture imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos, microfone de mão, de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), tripé e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;

e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;

f) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;

g) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;

h) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;

l) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

j) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;

k) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

l) Será realizada meia diária (uma requisição), suficiente para cobertura das audiências públicas, por localidade descrita a seguir:

1. Ariquemes
2. Ouro Preto do Oeste
3. Rolim de Moura
4. Guajará-Mirim
5. Vilhena
6. Porto Velho
7. Presidente Médici
8. Candeias do Jamari
9. Cacoal
10. Pimenta Bueno
11. Jaru
12. Ji-Paraná
13. Itapuã do Oeste

NOTA 1: Todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, quando executado em município distinto da capital, descrito neste item 3, do lote 1, deverão fazer parte da proposta comercial da Contratada,

sem ressarcimento posterior por parte da Contratante de gastos como: diárias, hotel, transporte e alimentação e qualquer outro.

2.2.1.4 - ITEM 04: Filmagens e captação de imagens através de utilização de *drone* profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição. Os serviços ocorrerão da seguinte forma:

a) Captação de imagens objetivando registrar as atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários o resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial);

b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;

c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 2 (duas) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número de requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 10 (dez) possíveis requisições de 2 (duas) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 10 (dez) requisições de 2 (duas) horas;

d) Utilização de *drone* profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição;

e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar o *drone* profissional e os equipamentos de filmagem;

f) Os profissionais deverão estar devidamente habilitados, credenciados e usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;

g) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;

h) A gravação se dará em ambientes abertos, previamente definidos pelo Tribunal;

i) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;

j) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

k) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno.

l) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.5 - ITEM 5: Produção, edição e finalização de 3 (três) vídeos documentários institucionais (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada do Item 5 do Lote 1: Argumentação, pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 3 (três) vídeos institucionais.

a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a abordagem sobre os temas propostos pela Justiça Eleitoral descritos no Lote 1: itens 01, 02 e 03 e planejados juntamente com a Seção de Comunicação Social e outras unidades ou comissões do Tribunal, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;

b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 3 vídeos documentários (VT), podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.

2.2.1.6 - ITEM 6: Produção, edição e finalização de 2 (dois) vídeos documentários institucionais (VT) de 10 a 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada do Item 6 do Lote 1: Argumentação, pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 2 (dois) vídeos institucionais.

a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a abordagem sobre os temas propostos pela Justiça Eleitoral descritos no item 2.2.1.1 (Lote 1: itens 01, 02 e 03) e planejados juntamente com a e outras unidades ou comissões do Tribunal, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;

b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 2 vídeos documentários (VT), podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.

2.2.1.7 - ITEM 7 e 8: Produção, edição e finalização de 45 (quarenta e cinco) vídeos institucionais, sendo 40 (quarenta) de até 2 minutos e outros 5 (cinco) de até 4 minutos, para o canal YouTube do TRE-RO, redes sociais e divulgação das ações institucionais do Tribunal e sobre às Eleições Municipais 2020, a Memória Eleitoral e o "*Projeto Eleitor em Perspectiva*", das captações de imagens, vídeos e sons (Lote 1 – itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada dos Item 7 e 8 do Lote 1: Pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 33 vídeos institucionais.

a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a abordagem sobre os temas planejados juntamente com a Seção de Comunicação Social, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;

b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 45 vídeos institucionais, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada:

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.

2.2.2 - DO LOTE 2:

Especificação dos serviços do Lote 2: Contratação de serviço de instalação de painel de LED para divulgação dos resultados das Eleições 2020, e outros eventos institucionais do Tribunal.

2.2.2.1 - ITEM 01:

Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º e 2º turno das Eleições 2020.

a) Os painéis deverão atender as seguintes características:

i. Medidas mínimas de 3m x 5m;

ii. Ser instalado com estrutura fixas de treliça de alumínio 030, a uma altura mínima de 4 metros do chão, de modo a facilitar a visualização por um grande número de pessoas, conforme pedido da SECOMS e da STIC do TRE-RO;

iii. Para instalação poderá ser utilizada estrutura fixa.

b) O painel de LED deverá atender às seguintes especificações:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

- i. O sistema deverá suportar resolução mínima P6 para projeção de imagem em alta definição;
 - ii. O equipamento deverá possuir uma entrada e saída de áudio;
 - iii. Cabos para conexão Computador x Pannel com medidas mínimas de 8m;
 - iv. Cabos de energia com medidas mínimas de 8m;
 - v. Uso em ambiente externo; e
 - ix. Conexão HDMI, DVI ou VGA.
- c) Os equipamentos poderão ser instalados no município de Porto Velho/ RO em local determinado pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Regional.
- d) A contratada poderá realizar a montagem e instalação dos equipamentos no mesmo dia das projeções ou, se preferir, em dia anterior. Em qualquer hipótese a contratada deverá observar o prazo suficiente para a realização de testes nos equipamentos e o pré-agendamento dos serviços com a Seção de Comunicação Social ou com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE de Rondônia, por meio do telefone n. (69) 3211-2019, 3211-2129 ou e-mails: secoms@tre-ro.jus.br ou sti@tre-ro.jus.br.
- e) A projeção será realizada ininterruptamente no período 4 horas conforme horário requisitado pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, sendo necessário que todos os equipamentos (mínimos painéis de LED P6 e treliças) estejam devidamente montados, testados e posicionados 2 horas antes dos eventos;
- f) Havendo falha em algum painel de LED a empresa contratada deverá instalar imediatamente um aparelho substituto, visando manter a divulgação;
- g) A desmontagem dos equipamentos será autorizada pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal e ocorrerá somente após o encerramento das atividades do TRE-RO de totalização/resultados do pleito Eleitoral 2020, da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e dos eventos institucionais.
- h) Serão projetados os resultados parciais e finais da apuração das Eleições Municipais de 2020 e outras imagens institucionais disponibilizadas pelo Tribunal durante os eventos;
- i) Um dos conjuntos (painel de LED) será utilizado para divulgação do resultado das eleições majoritárias (prefeitos) e a outra para o resultado das eleições proporcionais (vereadores);
- j) O gerenciamento das informações que serão projetadas nos painéis ficará a cargo da Secretaria de Tecnologia da Informação com apoio da Seção de Comunicação Social, as quais providenciarão os computadores e os meios de acesso à rede de dados necessários à divulgação dos resultados;
- l) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.2.2 - ITEM 02:

- a) Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, possíveis eleições suplementares e eventos institucionais do Tribunal, se ocorrerem.



b Os serviços serão feitos de acordo com as especificações para Item 01 deste Lote 2, acima elencadas;

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.2.3 - ITEM 03: Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e eventos institucionais.

a) Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos possíveis eleições suplementares e eventos institucionais do Tribunal, se ocorrerem.

b) Os serviços serão feitos de acordo com as especificações para Item 01 deste Lote 2, acima elencadas;

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.3 - LOTE 3, itens 01 e 02:

Especificação dos serviços do Lote 3 – itens 1 e 2: Contratação do Serviço de Filmagem dos trabalhos da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, nos seguintes termos:

a) O Serviço será utilizado nas Eleições 2020, no dia 04/10/2020 (item 1), e, havendo segundo turno, no dia 25/10/2020 (item 2). As datas poderão sofrer alterações.

b) A contratada deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos, OBRIGATORIAMENTE, no sábado anterior ao dia das Eleições do 1º turno e segundo, se houver - ou, se preferir, em dia anterior. Em qualquer hipótese a contratada deverá observar o prazo suficiente para a realização de testes nos equipamentos e o pré-agendamento dos serviços com a servidora Rudma Rosa, Gerente do Projeto, por meio do telefone n. (69) 3211 2143/2144 ou email rudma.rosa@tre-ro.jus.br;

c) Na hipótese de ampliação dos horários de trabalho da comissão, no dia da eleição, a contratada deverá continuar a prestar os serviços de filmagem até que concluídos os procedimentos para solução das divergências, caso ocorram, até o encerramento dos trabalhos pela comissão, sem qualquer ônus adicional ao contratante;

d) Filmagem ininterrupta dos procedimentos de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela para verificação do funcionamento das urnas sob condições normais de uso, a ser realizada das 08 (oito) horas até as 17 (dezessete) horas, devendo a gravação atender às seguintes especificações:

d1) utilização de 3 (três) câmeras de alta resolução no primeiro turno e, 02 (duas) no segundo turno. As câmeras deverão possuir tripé, incluindo todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sendo uma para cada mesa com urna eletrônica a ser utilizada nos trabalhos da Auditoria de Urnas Eletrônicas, posicionadas de modo a registrar no mínimo a tela de cada uma das urnas eletrônicas, da seguinte forma:

d2) O posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação obedecerá às determinações da Comissão Auditoria de Urnas Eletrônicas por Votação Paralela;

d3) Captação de áudio, com utilização de 3 (três) microfones, e 02 (dois) no segundo turno, tipo auricular, ou de lapela, ou de mesa, com alta qualidade de captação de sons (incluindo acessórios), sendo 1 (um) microfone para cada um dos servidores que estarão efetuando a digitação nas urnas eletrônicas;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

d4) Gravação de áudio e de vídeo para cada câmera, com captação independente e simultânea para cada urna eletrônica, com possibilidade de recuperação dos dados no decorrer dos trabalhos ou imediatamente após o seu final;

d5) 3 (três) aparelhos de TV, no mínimo 40”, e 02 (duas) no segundo turno, para monitoramento simultâneo com as imagens de cada câmera, posicionado próximo à respectiva urna eletrônica;

d6) Período de gravação equivalente à duração do processo da Auditoria de Urnas Eletrônicas por Votação Paralela, com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do decorrer do trabalho.

e) Fornecimento de todo o material (câmeras, cartão de memória, microfones, televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção, sem acréscimo ao valor do contrato.

f) Disponibilização de, no mínimo, 2 (dois) técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação.

g) Os trabalhos iniciarão às 7h da manhã do dia da Eleição, momento em que os técnicos da Contratada deverão estar à disposição da Contratante para inícios dos serviços.

h) O serviço será realizado em Porto Velho no prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ou em outro endereço a ser informado pelo Fiscal do Contrato, na mesma cidade;

i) O Serviço será cotado por dia de filmagem, considerando-se uma diária para a data do primeiro turno e, se houver, e uma diária para a data do segundo turno.

j) O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados.

k) Disponibilização de uma cópia original em *pendrive*, *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem acrílica individual, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, em até 72 horas após o término da gravação.

3.0 – JUSTIFICATIVA

3.1 - DAS FILMAGENS:

a) Dentre as atribuições da Seção de Comunicação Social do TRE-RO, insere-se a criação e a produção de material jornalístico para divulgação institucional interna e externa, assim como a realização da cobertura das ações institucionais, eventos e atividades referentes às Eleições Municipais de 2020 (1º e eventual 2º turnos), dentre outras afetas à missão da Justiça Eleitoral. Referidas atividades necessitam ser registradas, em vídeo, para valorização da imagem institucional e publicidade de suas ações, assim como para a formação de acervo histórico e da memória institucional.

b) Assim, o primeiro lote da contratação refere-se à produção de vídeos institucionais para registrar e divulgar fatos importantes, bem como apoiar uma campanha de valorização da imagem da Justiça Eleitoral de Rondônia e do Poder Judiciário nacional.

c) As referidas produções serão exibidas e publicadas no portal do TRE-RO, nas redes sociais do Tribunal e disponibilizadas ao público interno, externo e à imprensa no Estado de Rondônia.

d) No caso dos vídeos institucionais de valorização da imagem do TRE-RO, estes poderão ser exibidos tanto nas ferramentas corporativas (portal, intranet, letreiro, redes sociais etc.), bem como em canais de TV (aberta e fechada) parceiros.

e) Como o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não possui equipamentos específicos e profissionais habilitados para gravação de vídeos, tais como, câmeras de gravação de vídeos, lentes de alta definição, ilha de edição, adaptadores para lentes, grua de filmagens, drone para captação de cenas, *traveling*, ilha de edição, monitor de cena, entre outros, bem como, há falta de profissionais capacitados como diretor roteirista, diretor de produção, diretor de cena fotográfica, diretor executivo, produtor de elenco, assistente de direção, cinegrafista, assistente de câmera, locutor, editor de áudio e vídeo, faz-se necessário contratar uma empresa especializada na prestação de serviço de captação, produção, edição e finalização de vídeos institucionais.

f) Além disso, a divulgação do resultado das eleições em tempo real é medida que se impõe ao Tribunal, em prestígio aos princípios da publicidade, da transparência e dos costumes já consagrados no Estado de Rondônia.

g) As eleições são a grande festa da democracia brasileira, a divulgação dos resultados em tempo real através de painéis de LED, de acordo com os votos apurados, transmite maior segurança aos eleitores, candidatos, partidos e imprensa, contribuindo sobremaneira para a credibilidade do processo eleitoral e da Justiça Eleitoral rondoniense.

h) Dessa forma, objetiva-se ampliar a comunicação com os eleitores, jurisdicionados, advogados, candidatos, partidos, servidores, magistrados, demais profissionais do TRE-RO e a população em geral, oferecendo um ágil canal de distribuição de informações de caráter relevante para a sociedade.

i) Como o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não possui recursos pessoais e técnicos próprios para atender a demanda para produção de vídeos institucionais e de conteúdo jornalístico, assim como de instalação de telões de alta definição (FULL HD), torna-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada nessa prestação, nos termos descritos neste TR.

j) Outro evento relevante na atuação do TRE-RO nas Eleições 2020, seja no aspecto da transparência e divulgação das informações, seja quanto à preservação da memória institucional, cinge-se à gravação e transmissão da cerimônia de diplomação dos candidatos eleitos. Considerando que o Tribunal não dispõe de equipamentos tampouco de profissionais especializados para realizar tal tarefa, novamente se justifica a contratação de serviços profissionais para este fim.

3.2 - DOS PAINEIS DE LED:

a) O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não dispõe de cabos e conexões de longo alcance (aproximadamente dez metros) e tampouco dispõe de painéis de LED resolução mínima P6 nas dimensões, em que pese dispor de projetores Datashow, o uso destes equipamentos em ambiente externo é operação passível de danos que podem inutilizar ou causar prejuízos maiores do que o valor de uma locação, além de não possuírem uma projeção com a qualidade necessária à divulgação efetiva dos resultados.

b) Assim sendo a contratação para divulgar os resultados da totalização das Eleições 2020 é mais eficaz, pois a qualidade das imagens permite a divulgação efetiva dos resultados, somado ao critério da economicidade, visto que o Tribunal não necessitará adquirir esses equipamentos para cumprir tal dever institucional de publicidade da apuração do pleito, podendo para tanto contratar equipamentos de projeção de empresas (LED Alta definição) ou de profissionais especializados, visto que a responsabilidade do equipamento locado será da empresa que aluga, instala e opera.

3.3 - DAS IMAGENS DA AUDITORIA DAS URNAS ELETRÔNICAS:

O Serviço de captação de imagens da Votação Paralela visa cumprir as determinações constantes da RESOLUÇÃO Nº 23.603, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019, e Resolução 01/2020 TRE-RO, as quais tratam dos procedimentos de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, em cada unidade da Federação, em um só local público e com expressiva circulação de pessoas, designado pelo Tribunal Regional Eleitoral, no mesmo dia e horário da votação oficial, em ambos os turnos.



Para cumprimento das sobreditas resoluções serão necessárias gravações das imagens durante todo o período de trabalho da equipe da Auditoria de Urnas Eletrônicas por Votação Paralela, no dia da eleição, de modo a garantir a segurança do resultado da votação na urna auditada.

De acordo com a Resolução TSE nº 23.603/2019, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia deverá realizar as filmagens em 03 urnas eletrônicas no 1º turno, e, em 02 urnas eletrônicas durante o 2º turno. No decorrer dos trabalhos, o Tribunal providenciará o manuseio do material filmado, sem interrupção dos serviços, e por esta razão tais procedimentos, deverão ser executados por pessoal especializado para a realização deste tipo de serviço.

3.4. FASE DE PLANEJAMENTO: Estudo técnico preliminar (ETP) - Inciso IV do Art. 3º, c/c o inciso I do Art. 8º do Decreto Federal n. 10.024/2019, foi implementado pelo TRE a partir, nos termos da DECISÃO Nº 32 / 2020 - PRES/ASSPRES ([0509011](#)). O interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, elementos exigidos pela nova norma, estão demonstrados neste TR.

4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

a) Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

b) Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2020, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

b1) Garantir a legitimidade do processo eleitoral;

b2) Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

c) Adotar-se-á como Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;



Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores. atividades;

4.1) APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

4.2) FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

4.3) CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1 De acordo com o Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

5.2 Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

5.3 De acordo com o art. 6º da IN MPOG n. 001/2010-SLTI, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

5.4 Assim, será exigido da futura contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio ao contratante de todos os documentos decorrentes da execução do contrato.

6.0 - DO PREÇO ESTIMADO DOS SERVIÇOS

Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Quadro esquemático para o **MODELO PADRÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS:**

LOTE	ITEM	SERVIÇOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras.	Período de 4 horas – duas câmeras	45		
	2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera.	Período de 4 horas – uma câmera	40		
	3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas	13		
	4	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons.	Período de 2 horas	10		
	5	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo documentário institucional de 5 até 15 minutos	3		
	6	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo documentário institucional de 10 até 20 minutos	2		
	7	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , para o canal YouTube do TRE-RO –e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material	Vídeo institucional de até 2 min	40		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

		de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.				
	8	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo institucional de até 4 min	5		
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 1						
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Telão DIÁRIA –	2		
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020.	Telão DIÁRIA –	1		
	3	Outros eventos institucionais do TRE-RO.	Telão DIÁRIA –	8		
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 2						
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de três urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Auditoria DIÁRIA –	1		
	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de duas urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, se houver.	Auditoria DIÁRIA –	1		
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 3						



PREÇO TOTAL ESTIMADO DOS LOTES 1, 2, e 3.

7 – DA CLÁUSULA DE ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

A presente despesa contempla serviços relacionados às atividades ordinárias e às dirigidas às Eleições 2020, e as fontes orçamentárias necessárias para efetiva execução poderão ser custeadas pelos planos a seguir, sujeitos a reforços de empenho, conforme eventos COFC 0524502 e 0526610:

Lote	Item de Despesa Planejada do orçamento de Pleitos Eleitorais
1 - Serviços de filmagem, produção, edição e finalização de vídeo	Item: Serviços de captação de imagens, sons e edição total - 1º Turno- (DIV SERVIC1)
2 - Locação de painéis de LED	Serviços de instalação de telão de LED com projeção de imagens - 1º Turno - (DIV SERVIC1) Serviços de instalação de telão de LED com projeção de imagens - 2º Turno - (DIV SERVIC2)
3 - Serviço de Filmagem de Votação Paralela	Serviços de filmagem da Votação Paralela - 1º Turno (SEG AUDIT1) Serviços de filmagem da Votação Paralela - 2º Turno (SEG AUDIT2)

8 - DO CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

a) Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a **modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço unitário e execução indireta, na disputa por lances abertos**, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR.

b) Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

8.2 DA AGLUTINAÇÃO DOS ITENS EM LOTES:

A adoção de lotes na contratação leva em conta a natureza dos serviços prestados pela contratada em cada necessidade específica do Tribunal, visando sobretudo a eficiência da execução dos trabalhos com a

continuidade técnica necessária ao bom andamento dos serviços, sendo viável para administração que a gestão do contrato seja feita por lotes.

Em relação aos **Lotes 01**, por exemplo, a empresa contratada seguirá tecnicamente uma linha de roteiro de vídeo elaborado juntamente com Tribunal para cada item, o que implicará nas captações de imagens e sons, na adoção de muitas medidas técnicas necessárias à execução do trabalho e na edição de imagens e sons. Pela natureza desse serviço de produção de vídeos **não é viável uma contratação por itens, sob pena de comprometer a qualidade técnica dos serviços prestados.**

Em relação os **Lotes 2 e 3**, assim como no caso do primeiro lote, o agrupamento dos itens num único lote **visa garantir a qualidade técnica dos serviços** prestados em cada turno de votação e nas atividades institucionais do Tribunal. Não é tecnicamente viável para a administração que a empresa ganhadora de um turno seja diferente da que ganhar no outro turno. Situação similar ocorre no Lote 04 em que foram aglutinados os itens 01 e 02 ante a natureza do serviço de transmissão ao vivo **não sendo produtora uma contratação por itens, sob pena de comprometer a qualidade técnica dos serviços prestados pela contratada.**

Diante da necessidade dos serviços, demonstrada na justificativa apresentada no Capítulo 3 deste termo de referência, fica evidente a necessidade da contratação dos serviços para atendimento do Pleito de 2020 e das atividades ordinárias do Tribunal. Por outra via, há a certeza da ocorrência do 1º turno, contudo o 2º turno depende de condições decorrentes do resultado do 1º turno, não sendo possível a sua afirmativa de que irá ocorrer.

Isto posto, tem-se que **há identidade entre os serviços a serem contratados**, conforme descrição detalhada dos serviços que integram os 4 (quatro) lotes, e não há razoabilidade para o desmembramento dos itens. Em suma, a aglutinação proposta contempla dois aspectos:

I - Aspectos técnicos: A prestação dos serviços que integram um lote por uma única contratada permitirá a manutenção de padrão de qualidade uniforme na sua execução e, consequentemente, padronização, principalmente, dos elementos técnicos, facilitando a futura utilização das mídias. Além disso, essa solução elimina a possibilidade de uma empresa executar o serviço no 1º turno e outra vir a fazê-lo no 2º turno, momento no qual os procedimentos devem fluir com mais agilidade e eficiência, uma vez os envolvidos no processo eleitoral estarão habilitados e com conhecimento do território no qual as atividades serão executadas.

II – Economicidade: Certamente os serviços, por suas especificidades, exigem profissionais com formação e habilitação técnica adequada, sendo público e notório, que a remuneração dos profissionais é parte relevante dos custos dos serviços. A divisão do objeto em diversos itens, exigiria que cada uma das vencedoras de itens isolados tivesse que considerar tal custo em suas propostas, situação que oneraria sobremaneira o valor total da contratação.

Nesses termos, é técnica e economicamente justificável que os serviços que compõem o lote devam ser prestados por uma única empresa.

Por sua vez, a formação de lotes **não ocasionará redução de competitividade no certame** exatamente pela quantidade serviços dos itens agrupados nos lotes, tornando-os atraentes para as empresas do ramo do objeto a ser licitado.

8.3 DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME PARA PARTE DOS LOTES:

LOTE 1 : O valor do Lotes 1 excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fato que justifica a não exclusividade da participação de MEI's, conforme art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.



LOTES 2 e 3: Considerando que os valores dos lotes 2 e 3 não excedem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015. Ademais, entende-se que essa medida não trará restrição à competição, haja vista que o universo prestador desse tipo de serviços e, em sua esmagadora maioria, formada por ME/EPP.

8.4 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

A aceitação das propostas deverá obedecer aos seguintes parâmetros:

- a) o valor estimado do lote é o parâmetro máximo de aceitação de preços das propostas, cabendo ao pregoeiro julgar eventual variação na análise do caso concreto. Contudo, a licitante deverá apresentar proposta com os valores individuais de cada um dos itens que integram os lotes, sendo que os valores de cada item também estarão submetidos aos valores máximos estimados neste TR;
- b) os preços apresentados pelos licitantes deverão cobrir todos os custos de materiais e serviços definidos neste TR, abrangendo, mão de obra, encargos sociais e tributários decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes, enfim, tudo quanto for necessário para garantir a execução e qualidade dos serviços propostos, inclusive eventuais deslocamentos.
- c) no ato do cadastramento de sua proposta no sistema, o licitante deverá apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS por item, conforme modelo contido no item 6.1 deste TR;
- d) o prazo de validade da proposta é de 90* (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, podendo ser renovada, nos termos do edital. A adjudicatária se comprometerá a iniciar e concluir os serviços nos locais e prazos definidos no item 2 deste TR.

**Nesse caso, o normal é o prazo de 60 dias. Porém, o histórico tem demonstrado que algumas licitações, a depender da complexidade, costumam se estender por muito tempo. Por isso, sugerimos a validade da proposta para 90 dias, podendo ser renovada, o que será registrada em edital.*

8.5 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL:

- a) **Habilitação jurídica:** Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.
- b) **Habilitação fiscal:** apresentar regularidade fiscal perante o INSS, Receita Federal e trabalhista, podendo tais comprovações serem obtidas diretamente por consulta ao SICAF, sem prejuízo das consultas que serão realizadas diretamente pelo Pregoeiro referentes ao CNJ, CEIS e TCU.

8.6 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

Com vistas a aferir a capacidade técnica-operacional dos licitantes, deverão ser apresentados o Atestado de capacidade Técnica para:



I - EM RELAÇÃO AO LOTE 1:

- a) serviços de filmagem de no mínimo 1 hora, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras;
- b) filmagem de no mínimo 1 hora realizada com a utilização **drone profissional**, com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons;
- c) produção, edição e finalização de vídeos de no mínimo 3 minutos, de preferência do tipo documentário institucional (VT);

II - EM RELAÇÃO AO ITEM 01 DO LOTE 03:

- a) Serviço de filmagem ininterrupta de no mínimo 9 (nove) horas, na qual tenha sido utilizado:
 - b) equipamentos para captação de áudio por meio de microfones e vídeo por câmara alta definição HDV/fullHD;
 - c) profissionais necessários à execução dos serviços.

8.6.1 - DOS ATESTADOS:

- a) Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior.
- b) Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão.
- c) Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação, complementação ou diligências para verificação da veracidade, durante o certame licitatório.

9.0 – DO CONTRATO

9.1 REGRAS GERAIS:

9.1.1 Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

9.1.2 No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

9.1.3 Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.



9.1.4 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;

9.1.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.1.6 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

9.1.7 À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

9.2 DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Pelas características dos serviços - que não exigem responsáveis técnicos indicados e habilitados legalmente e com vínculo com a empresa contratada - fica permitida a subcontratação de até 50% (cinquenta por cento) dos serviços, nos termos da faculdade conferida pelo art. 89 da IN TRE-RO nº 04/2008.

A subcontratação deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.

Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação e supervisão da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.

Os serviços eventualmente subcontratados deverão observar todas as especificações definidas neste termo de referência.

A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades técnicas, legais e/ou contratuais.

Responderá a CONTRATADA perante a Administração pela parte que subcontratou.

9.3 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

I - Os prazos previstos e estimados para vigência e execução dos serviços estão definidos no quadro adiante, os quais poderão sofrer alterações ou prorrogações, conforme juízo de conveniência e oportunidade da contratante.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

1. SERVIÇOS DA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E MEMÓRIA ELEITORAL

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Prazo de execução	Prazo Vigência do contrato
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras	Período de 4 horas – duas câmeras	45	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
	2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera.	Período de 4 horas – uma câmera	40	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
	3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas – uma câmera	13	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
	3	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons	Período de 2 horas - drone	10	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
	4	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de vídeo documentário institucional de 5 até 15 minutos	3	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
	5	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo	Unidade de Vídeo documentário institucional de 15 até 20 minutos	2	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

		e fotográfico para edição de imagens e sons.				
6		Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , para o canal YouTube do TRE-RO – e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de Vídeo institucional de até 2 min	28	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
7		Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de Vídeo institucional de até 4 min	5	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.

2. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO PAINEL DE LED PARA DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Prazo de execução do contrato	Prazo de vigência do contrato
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020, Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e eventos institucionais.	Telão – DIÁRIA	2	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura.
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições	Telão – DIÁRIA	1	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

		2020, possíveis eleições suplementares e eventos institucionais, se ocorrerem.				
	3	Outros eventos institucionais TRE-RO.	Telão – DIÁRIA	8	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura.

3. SERVIÇOS DA AUDITORIA DE URNAS ELETRÔNICAS:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Data e horário prevista para início da execução dos serviços	Vigência do contrato
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Auditoria – DIÁRIA	1	04/10/2020, de 7h às 19h.	Da data de assinatura até o dia 31/12/2020
	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, se houver.	Auditoria – DIÁRIA	1	25/10/2020, de 7h às 19h.	Da data de assinatura até o dia 31/12/2020

I) Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados mediante justificativa, e conforme necessidade da administração.

a) No prazo máximo acima estipulado está incluso o período necessário para a contratada adotar todas as providências necessárias e exigidas pelo contratante para início dos serviços.

b) Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente registrados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

c) Os prazos informados poderão sofrer alterações, desde que devidamente justificados o interesse público envolvido, a necessidade e conveniência para a administração, previamente comunicados à contratada, e sem ônus para a contratante.

d) Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

II - O prazo de vigência do contrato está definido no quadro acima, compreendendo o período de execução e o prazo adicional necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato.

III - Por se tratar de **contrato de escopo**, com previsão de prestação de serviços por período de 12 meses, **não há previsão de reajuste de preços**, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

IV - Admite-se eventual **reequilíbrio econômico-financeiro** na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

V - Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.4 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) autorizar o início dos serviços;

b) autorizar o acesso dos empregados da contratada às instalações do Tribunal, alertando sobre as normas aplicáveis;

c) fornecer à contratada todas as informações relacionadas ao objeto do contrato que possa influir na execução dos serviços;

d) avisar a contratada sobre o local e horário dos eventos a serem registrados, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de que a contratada possa se preparar e organizar seu pessoal;

e) receber os *pendrives*, *HDs externos* ou arquivo(s) em formato MP4 e efetuar seu aceite, através do gestor ou fiscal da contratação:

i. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento provisório no ato da entrega da fatura e dos *pendrives* ou arquivos digitais gravados, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório;

ii. o recebimento provisório não implica na aceitação;

iii. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento definitivo dos serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues, após a verificação do cumprimento de todas as obrigações e especificações definidas neste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo;

f) recusar, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO ou Secretaria Judiciária e Gestão da Informação, os serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues e/ou serviços prestados em que se tenha constatado:

i. produtos/Serviços em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

ii. produtos/Serviços que apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

g) repassarão todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços:

i. quanto ao Lote 1: por meio da Seção de Comunicação Social do TRE-RO;

ii. quanto ao Lote 2: por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Seção de Comunicação Social do TRE-RO;

iii. quanto ao Lote 3: por meio da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas - Votação Paralela repassará todas as informações necessárias para execução do serviço.

h) efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados, comprovados por meio do termo ou atestado de recebimento definitivo, observadas as seguintes regras:

h1. em relação ao Lote 1, os pagamentos serão efetuados após cada serviço executado, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelo Fiscal do Contrato;

h2. em relação ao Lote 2, o pagamento será realizado somente após a conclusão dos serviços da projeção, em até 5 dias úteis após a entrega da nota fiscal que deverá ser certificada pelo fiscal do contrato;

h3) em relação ao Lote 3, o pagamento será realizado, em até 5 dias úteis, após a entrega de 2 cópias de serviços, vídeos, materiais ou produto material referente ao 1º e 2º turno, se houver, contendo o material bruto capturado durante a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, e com a certificação do fiscal do contrato.

h4. O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais desacompanhadas da respectiva solicitação de ordem de serviço ou não atestadas pelo Fiscal do Contrato. Em todos os pagamentos serão aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços;

h5. no ato do pagamento a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

h6. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

h7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



$I = (TX) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438$

365 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

i) promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

9.5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) realizar o objeto nas condições, preços, prazos e datas requeridas pela Administração pública, conforme condições estabelecidas no presente Termo de Referência;

b) usar da faculdade de subcontratar parcialmente os serviços, desde que nos estritos termos disciplinados pelo contrato;

c) responsabilizar pelo funcionamento adequado de todos os equipamentos utilizados na prestação dos serviços, bem como qualquer material essencial ao funcionamento dos equipamentos, como baterias, pilhas, cabeamento, cartões de memórias e outros assemelhados, sendo de sua responsabilidade a troca e/ou reposição;

d) em relação a todos os lotes a contratada deverá providenciar os equipamentos ou acessórios (gerador, no break, baterias) de modo a garantir a continuidade das filmagens mesmo com a falta de energia elétrica externa;

e) o(s) profissional(is) designado(s) pela contratada para os **serviços dos Lote 1** deverá(ão) estar no local e horário indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato com pelo menos **1 (uma) hora** de antecedência ao início do evento a ser gravado, com todos os equipamentos necessários e devidamente testados para realizar a filmagem ou transmissão ao vivo;

f) o(s) profissional(is) e os equipamentos designado(s) pela contratada para os **serviços do Lote 2** deverá(ão) estar no local e horário, indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, com pelo menos **2 (duas) horas** de antecedência ao início da divulgação e projeção, com todos os equipamentos necessários e previamente testados;

g) o(s) profissional(is) designado(s) pela contratada para os **serviços dos Lote 3** deverá(ão) estar no local e horário indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato com pelo menos **1 (uma) hora** de antecedência ao início da abertura da Seção Eleitoral para a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, com instalação de todos os equipamentos necessários para realizar a filmagem no dia anterior ao evento, véspera das Eleições Municipais 2020.

h) comparecer às reuniões convocadas pelo Gestor ou Fiscal do Contrato;

i) Para o lote 3, preparar, na véspera do dia da eleição, o ambiente de filmagem, deixando-o pronto para execução dos serviços, instalando e testando todos os equipamentos necessários conforme orientação da Comissão de Auditoria das Urnas.

j) apresentar todos os membros da equipe de filmagem devidamente identificados, os quais deverão comparecer na sede do TRE de Rondônia às **7 horas do dia 04 de outubro de 2020**, data do primeiro turno das Eleições 2020 e, se houver segundo turno, às **7 horas do dia 25 de outubro de 2020**. A equipe deverá permanecer no local de realização dos trabalhos até o seu término;

k) quanto ao cumprimento dos serviços do **Lote 1** a contratada deverá:

a) Entregar à Seção de Comunicação Social ao final das filmagens descritas nos **itens 01 ao 08** todo material bruto das imagens e sons capturados (com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição), podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons, e após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, os vídeos documentários e institucionais.

b) Entregar à Seção de Comunicação Social ao final das filmagens descritas nos **itens 01 ao 08**, após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, os vídeos institucionais em alta definição, cujos temas serão definidos pela administração conforme a necessidade;

m) manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico, comprometendo-se a comunicar ao Contratante qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, ao INSS, à Fazenda Pública Federal e à Justiça do Trabalho, sempre que solicitado;

n) sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

o) responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

p) arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do CONTRATO;

q) aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente CONTRATO em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

r) Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

s) As obrigações aqui disciplinados não excluem outras previstos no Edital, no Contrato e na legislação correlata.

10 – DAS SANÇÕES

10.1 O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

I - Prazo previsto para preparação dos ambientes de trabalho dos serviços do Lote 1:

a) Atraso superior a 30 (trinta) minutos e até o limite de 01 (uma) hora: multa de mora de 3,0% (um por cento) sobre o valor do serviço contratado.

b) O atraso superior a 01 (uma) hora na preparação dos ambientes de trabalho e até o limite de 02 (duas) horas: multa de mora de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor do serviço contratado.

c) Atrasos superiores 02 (duas) horas poderão caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II - Prazo previsto para entrega de produtos dos serviços do Lote 1:

a) Descumprir o prazo definido pela fiscalização para a entrega das cópias dos serviços, vídeos, materiais ou produtos em *pendrive* ou arquivos digitais gravados contendo o material bruto e vídeos documentários e institucionais em até 1 (um) dia: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do serviço contratado.

b) Descumprir o prazo definido pela fiscalização para a entrega das cópias do material de argumento, pré-produção, produção, roteiro, captação de imagens e sons, edição, *storyboard*, decupagem e finalização de vídeos em até 2 (dois) dias: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado.

c) Atrasos superiores aos limites máximos previstos nos alíneas "a" e "b" anteriores poderão caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

III - Prazo previsto para montagem dos equipamentos dos serviços do Lote 2:

a) Atraso de até 01 (uma) hora: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado.

b) Atraso superior 01 (uma): poderão caracterizar a inexecução parcial ou total .

IV - Descumprimento de obrigações na execução dos serviços do Lote 3:

a) Não preparar o ambiente de filmagem na véspera da eleição: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;

b) Não iniciar os trabalhos de filmagens das atividades de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela no horário a ser determinado pelo fiscal do Contrato: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

c) Ausentarem-se da sala os profissionais que estiverem operando os equipamentos durante a filmagem dos trabalhos da Comissão de Auditoria de Urnas eletrônicas por meio de Votação paralela, sem a permanência de um substituto automático: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por cada ausência, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

V - Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Até 2 (dois) descumprimentos, multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;

c) De 4 (quatro) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor do contrato;

d) A ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;



II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

10.3 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

10.4 O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

10.5 A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

10.6 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

10.7 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10.8 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

11.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1 A Gestão e a Fiscalização da presente contratação será exercida pelos titulares ou substitutos das unidades abaixo especificadas:

- Lote 01 – Seção de Comunicação Social do TRE-RO ou Comissão de Cerimonial;

- Lote 02 – Secretaria de Tecnologia da Informação ou Coordenadoria de Suporte;
- Lote 03 – Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela ou Coordenadoria de Material de Patrimônio.

12.0 RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR

12.1 As especificações do objeto, dentre outros aspectos técnicos e demais regras do Termo de Referência, foram elaboradas pelo servidor Michel Andrade do Nascimento, com a cooperação da **COMAP** nos lotes 2 e 3.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 13/05/2020, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MICHEL ANDRADE DO NASCIMENTO, Chefe de Seção**, em 13/05/2020, às 18:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0529439** e o código CRC **E7F3FA10**.

0000722-74.2020.6.22.8000

0529439v54

Criado por 009193402356, versão 54 por 009193402356 em 13/05/2020 11:23:00.



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

(IDENTIFICAÇÃO E DADOS DA EMPRESA LICITANTE)

LOTE	ITEM	SERVIÇOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras.	Período de 4 horas – duas câmeras	45		
	2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera.	Período de 4 horas – uma câmera	40		
	3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas	13		
	4	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons.	Período de 2 horas	10		
	5	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo documentário institucional de 5 até 15 minutos	3		
	6	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo documentário institucional de 10 até 20 minutos	2		
	7	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das	Vídeo institucional	40		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

		captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , para o canal YouTube do TRE-RO –e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	de até 2 min			
	8	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo institucional de até 4 min	5		
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 1						
2	9	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Telão DIÁRIA –	2		
	10	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020.	Telão DIÁRIA –	1		
	11	Outros eventos institucionais do TRE-RO.	Telão DIÁRIA –	8		
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 2						
3	12	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de três urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Auditoria DIÁRIA –	1		
	13	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de duas urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das	Auditoria DIÁRIA –	1		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

		Eleições 2020, se houver.				
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 3						
PREÇO TOTAL ESTIMADO DOS LOTES 1, 2, e 3.						

LOCAL E DATA
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL
CARGO/FUNÇÃO
ASSINATURA



ANEXO III

MINUTA - CONTRATO Nº XXX/2020

PROCESSO ELETRÔNICO SEI N. [0000722-74.2020.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. XXX/2020

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, CAPTAÇÃO DE IMAGENS E SONS, PRODUÇÃO, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE VÍDEOS, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TELÃO LED COM PROJEÇÃO DE IMAGENS E SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS COM SUA RESPECTIVA GRAVAÇÃO PARA ATENDER DEMANDA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E PROJETO ELEITOR EM PERSPECTIVA 2020.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, com sede na Rua _____, nº _____, CEP: _____, em Porto Velho/RO, Telefone (s): (____) _____, E-mail(s): _____, neste ato representada pelo Senhor _____, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG _____/SSP- _____ e CPF _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Pregão respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. _____/2020-PRES/DG/GABDG, de ____/____/2020; e o Termo de Homologação do Pregão Eletrônico constante na Decisão n. _____/2020-PRES/DG/GABDG, de ____/____/2020, bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Art. 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, serviço de instalação de telão LED com projeção de imagens e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação para atender demanda das Eleições Municipais e Projeto Eleitor em Perspectiva 2020, de acordo com as descrições e quantidades relacionadas no quadro adiante:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras	Período de 4 horas	45



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Capital.	Período de 4 horas	40
3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas	13
4	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização <i>drone</i> profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons.	Período de 2 horas	10
5	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3), podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	3
6	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3), podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	2
7	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), para o canal YouTube do TRE-RO – e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	40
8	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3), podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade	5
TOTAL DE ½ (MEIA) DIÁRIAS (períodos de 4 horas) ESTIMADAS PARA O LOTE 1			108
TOTAL DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS ESTIMADOS PARA O LOTE 1			50

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	DIÁRIAS	QUANTIDADE
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação	Período	2



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

		dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	de 4 horas	
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020.	Período de 4 horas	1
	3	Outros eventos institucionais do TRE-RO.	Período de 4 horas	8
	TOTAL DE 1/2 DIÁRIAS (períodos de 4 horas) ESTIMADAS PARA O LOTE 2			11

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	DIÁRIAS	Quantidade de Diárias
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de três urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Período de 12 horas	1
	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de duas urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, se houver.	Período de 12 horas	1
	TOTAL DE DIÁRIAS ESTIMADAS PARA O LOTE 3			2

Subcláusula Primeira - A quantidade informada acima é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste Contrato.

Subcláusula Segunda - Os serviços indicados nos itens 2 dos LOTES 2 e 3 ficarão condicionados à realização de 2º turno das Eleições no Município de Porto Velho-RO.

Subcláusula Terceira - Os prazos e datas acima informados poderão sofrer alterações, mediante justificativa, para atendimento do interesse público, e conforme necessidade e conveniência para a administração, previamente comunicados à CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, respeitada a legislação correlata.



Subcláusula Quarta – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

DA ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO

(Art. 55, II e IV, da Lei n. 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA - A especificação e detalhamento do objeto desta Contratação estão dispostos no Termo de Referência respectivo e transcritos no Anexo I deste Contrato.

DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA – Pelas características dos serviços - que não exigem responsáveis técnicos indicados e habilitados legalmente e com vínculo com a empresa contratada - fica permitida a subcontratação de até 50% (cinquenta por cento) dos serviços, nos termos da faculdade conferida pelo art. 89 da IN TRE-RO nº 04/2008.

Subcláusula Primeira – A subcontratação deverá ser previamente aprovada pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Segunda - Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação e supervisão da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.

Subcláusula Terceira - Os serviços eventualmente subcontratados deverão observar todas as especificações definidas neste termo de referência.

Subcláusula Quarta - A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades técnicas, legais e/ou contratuais.

Subcláusula Quinta - Responderá a CONTRATADA perante a Administração pela parte que subcontratou.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO(Artigo 57, *caput* e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - Este Contrato terá **vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI**, compreendendo o período de execução e o prazo adicional necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato.

I - Os prazos previstos e estimados para vigência e execução dos serviços estão definidos no quadro adiante, os quais poderão sofrer alterações ou prorrogações, conforme juízo de conveniência e oportunidade do CONTRATANTE:

1. SERVIÇOS DA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E MEMÓRIA ELEITORAL

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Prazo de execução	Prazo Vigência do contrato
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras	Período de 4 horas – duas câmeras	45	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
	2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera.	Período de 4 horas – uma câmera	40	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
	3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	Período de 4 horas – uma câmera	13	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

3	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons	Período de 2 horas - drone	10	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
4	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de vídeo documentário institucional de 5 até 15 minutos	3	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
5	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de Vídeo documentário institucional de 15 até 20 minutos	2	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
6	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , para o canal YouTube do TRE-RO –e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de Vídeo institucional de até 2 min	28	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.
7	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Unidade de Vídeo institucional de até 4 min	5	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da assinatura do contrato.

2. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO PAINEL DE LED PARA DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Prazo de execução do contrato	Prazo de vigência do contrato
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020, Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e eventos institucionais.	Telão – DIÁRIA	2	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura.
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, possíveis eleições suplementares e eventos institucionais, se ocorrerem.	Telão – DIÁRIA	1	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura
	3	Outros eventos institucionais TRE-RO.	Telão – DIÁRIA	8	10 meses, contados da assinatura do contrato	12 meses a partir da data de assinatura.

3. SERVIÇOS DA AUDITORIA DE URNAS ELETRÔNICAS:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Data e horário prevista para início da execução dos serviços	Vigência do contrato
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Auditoria – DIÁRIA	1	04/10/2020, de 7h às 19h.	Da data de assinatura até o dia 31/12/2020
	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das	Auditoria – DIÁRIA	1	25/10/2020, de 7h às 19h.	Da data de assinatura até o dia 31/12/2020



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

		Eleições 2020, se houver.				
--	--	---------------------------	--	--	--	--

Subcláusula Primeira - Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados mediante justificativa, e conforme necessidade da Administração.

Subcláusula Segunda - No prazo máximo acima estipulado está incluso o período necessário para a CONTRATADA adotar todas as providências necessárias e exigidas pelo CONTRATANTE para início dos serviços.

Subcláusula Terceira - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, desde que ocorra algum dos motivos, devidamente registrados em processo, previstos no § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Quarta – Os prazos informados poderão sofrer alterações, desde que devidamente justificados o interesse público envolvido, a necessidade e conveniência para a administração, previamente comunicados à CONTRATADA, e sem ônus para o CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – O valor estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme discriminado abaixo:

LOTE	ITEM	SERVIÇOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	1	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras.	Período de 4 horas – duas câmeras	45		
	2	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera.	Período de 4 horas – uma câmera	40		
	3	Contratação de serviço de filmagem, com captação de imagens em alta	Período de 4	13		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

		definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - Projeto Eleitor em perspectiva.	horas			
	4	Contratação de serviço de filmagem realizado com a utilização drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons.	Período de 2 horas	10		
	5	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo documentário institucional de 5 até 15 minutos	3		
	6	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo documentário institucional (VT) de 10 até 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1 e 3) , podendo o TRE-RO também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo documentário institucional de 10 até 20 minutos	2		
	7	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 2 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , para o canal YouTube do TRE-RO –e redes sociais, podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo institucional de até 2 min	40		
	8	Contratação de serviço de produção, edição e finalização de vídeo institucional de até 4 min das captações de imagens, vídeos e sons (itens 2 e 3) , podendo o Tribunal também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.	Vídeo institucional de até 4 min	5		
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 1						
2	1	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de	Telão – DIÁRIA	2		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

		LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.				
	2	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020.	Telão – DIÁRIA	1		
	3	Outros eventos institucionais do TRE-RO.	Telão – DIÁRIA	8		
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 2						
3	1	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de três urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º turno das Eleições 2020.	Auditoria – DIÁRIA	1		
	2	Contratação do Serviço de Captação de imagens da Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, para auditoria de duas urnas eletrônicas, que se realizará no Dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, se houver.	Auditoria – DIÁRIA	1		
PREÇO TOTAL ESTIMADO DO LOTE 3						
PREÇO TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (LOTES 1, 2 e 3)						

Subcláusula Primeira - A quantidade informada acima é estimada, não obrigando a CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste Contrato.

Subcláusula Segunda - Os serviços indicados nos itens 2 dos LOTES 2 e 3 ficarão condicionados à realização de 2º turno das Eleições no Município de Porto Velho-RO.

Subcláusula Terceira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Quarta - As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho: _____ – Pleitos Eleitorais; Elemento de Despesa: _____, conforme Nota de Empenho _____, toda de ____/____/____, constantes no Orçamento da Justiça Eleitoral 2020, conforme quadro a seguir:

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA				
Exercício	2020			
Funcional Programática	02.061.0033.4269.0001 – Pleitos Eleitorais			
Ação Orçamentária	4269 – Pleitos Eleitorais			
Subtítulo				
Plano Orçamentário	0001 – Pleitos Eleitorais – Despesas Diversas			
PTRES	167864			
Pré-Empenhos/SIAFI	2020PE0000088	2020PE0000089	-2020PE0000090	-2020PE0000091

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento dos serviços efetivamente prestados, comprovados por meio do termo ou atestado de recebimento definitivo, dar-se-á da seguinte forma:

- 1.Em relação ao Lote 1**, os pagamentos serão efetuados após cada serviço executado, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelo Fiscal do Contrato;
- 2.Em relação ao Lote 2**, o pagamento será realizado somente após a conclusão dos serviços da projeção, em até 5 dias úteis após a entrega da nota fiscal que deverá ser certificada pelo fiscal do contrato;
- 3.Em relação ao Lote 3**, o pagamento será realizado, em até 5 dias úteis, após a entrega de 2 cópias de serviços, vídeos, materiais ou produto material referente ao 1º e 2º turno, se houver, contendo o material bruto capturado durante a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, e com a certificação do fiscal do contrato;
- O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais desacompanhadas da respectiva solicitação de ordem de serviço ou não atestadas pelo Fiscal do Contrato. Em todos os pagamentos serão aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços;



5. no ato do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

6. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

9. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras notificadas pelo contratante, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

10. Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada;

11. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012);

12. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – No TRE-RO, a Gestão e a Fiscalização da presente contratação serão exercidas pelos titulares das unidades abaixo:

1. Lote 01 – Seção de Comunicação Social ou Comissão de Cerimonial do TRE-RO;
2. Lote 02 – Secretaria de Tecnologia da Informação ou Coordenadoria de Suporte do TRE-RO;
3. Lote 03 – Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela ou Coordenadoria de Material de Patrimônio do TRE-RO.

Subcláusula Primeira - Em caso de ausência dos titulares das unidades acima mencionadas a gestão e a fiscalização serão exercidas por seus substitutos legais.

Subcláusula Segunda - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do Contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – São obrigações da CONTRATANTE:

1. Autorizar o início dos serviços;
2. Autorizar o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações do Tribunal, alertando sobre as normas aplicáveis;
3. Fornecer à contratada todas as informações relacionadas ao objeto do Contrato que possa influir na execução dos serviços;
4. Avisar a contratada sobre o local e horário dos eventos a serem registrados, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de que a CONTRATADA possa se preparar e organizar seu pessoal;
5. Receber os *pendrives*, *HDs externos* ou arquivo(s) em formato MP4 e efetuar seu aceite, através do gestor ou fiscal desta contratação:
 - I. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento provisório no ato da entrega da fatura e dos *pendrives* ou arquivos digitais gravados, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório;
 - II. o recebimento provisório não implica na aceitação;



III. o gestor ou fiscal da contratação efetuará o recebimento definitivo dos serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues, após a verificação do cumprimento de todas as obrigações e especificações definidas neste Contrato, no Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo;

6. Recusar, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO ou Secretaria Judiciária e Gestão da Informação, os serviços, vídeos, materiais ou produtos entregues e/ou serviços prestados em que se tenha constatado, conforme segue:

I. produtos/Serviços em desacordo com especificações estabelecidas, neste Contrato, no termo de referência e na proposta da CONTRATADA;

II. produtos/Serviços que apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

7. Repassar todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços, conforme segue:

I. **quanto ao Lote 1:** por meio da Seção de Comunicação Social do TRE-RO;

II. **quanto ao Lote 2:** por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Seção de Comunicação Social do TRE-RO;

III. **quanto ao Lote 3:** por meio da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas - Votação Paralela repassará todas as informações necessárias para execução do serviço.

8. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

9. Cumprir e fazer cumprir todos os preços, prazos, quantidades e condições estabelecidos neste instrumento e em seus anexos;

10. Controlar a execução financeira do Contrato dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;

11. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato;

12. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 55, II, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Realizar o objeto nas condições, preços, prazos e datas requeridas pela Administração pública, conforme condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência respectivo;

2. Usar da faculdade de subcontratar parcialmente os serviços, desde que nos estritos termos disciplinados neste Contrato;

3. Responsabilizar pelo funcionamento adequado de todos os equipamentos utilizados na prestação os serviços, bem como qualquer material essencial ao funcionamento dos equipamentos, como baterias, pilhas, cabeamento, cartões de memórias e outros assemelhados, sendo de sua responsabilidade a troca e/ou reposição;
4. Em relação a todos os lotes a CONTRATADA deverá providenciar os equipamentos ou acessórios (gerador, no break, baterias) de modo a garantir a continuidade das filmagens mesmo com a falta de energia elétrica externa;
5. O(s) profissional(is) designado(s) pela contratada para os **serviços dos Lote 1** deverá(ão) estar no local e horário indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato com pelo menos **1 (uma) hora** de antecedência ao início do evento a ser gravado, com todos os equipamentos necessários e devidamente testados para realizar a filmagem ou transmissão ao vivo;
6. O(s) profissional(is) e os equipamentos designado(s) pela contratada para os **serviços do Lote 2** deverá(ão) estar no local e horário, indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, com pelo menos **2 (duas) horas** de antecedência ao início da divulgação e projeção, com todos os equipamentos necessários e previamente testados;;
7. O(s) profissional(is) designado(s) pela contratada para os **serviços dos Lote 3** deverá(ão) estar no local e horário indicados pelo Gestor ou Fiscal do Contrato com pelo menos **1 (uma) hora** de antecedência ao início da abertura da Seção Eleitoral para a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, com instalação de todos os equipamentos necessários para realizar a filmagem no dia anterior ao evento, véspera das Eleições Municipais 2020.
8. Comparecer às reuniões convocadas pelo Gestor ou Fiscal do Contrato;
9. Para o lote 3, preparar, na véspera do dia da eleição, o ambiente de filmagem, deixando-o pronto para execução dos serviços, instalando e testando todos os equipamentos necessários conforme orientação da Comissão de Auditoria das Urnas;
10. Apresentar todos os membros da equipe de filmagem devidamente identificados, os quais deverão comparecer na sede do TRE de Rondônia às **7 horas do dia 04 de outubro de 2020**, data do primeiro turno das Eleições 2020 e, se houver segundo turno, às **7 horas do dia 25 de outubro de 2020**. A equipe deverá permanecer no local de realização dos trabalhos até o seu término;
11. Quanto ao cumprimento dos serviços do **Lote 1** a CONTRATADA deverá:
 - a) Entregar à Seção de Comunicação Social ao final das filmagens descritas nos **itens 01 ao 08** todo material bruto das imagens e sons capturados (com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição), podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons, e após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, os vídeos documentários e institucionais;
 - b) Entregar à Seção de Comunicação Social ao final das filmagens descritas nos **itens 01 ao 08**, após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, os vídeos institucionais em alta definição, cujos temas serão definidos pela administração conforme a necessidade;
12. Manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico, comprometendo-se a comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração superveniente impeditiva de manutenção dessas condições e a apresentar os comprovantes de regularidade junto ao FGTS, ao INSS, à Fazenda Pública Federal e à Justiça do Trabalho, sempre que solicitado;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

13. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
14. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
15. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;
16. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;
17. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
18. As obrigações aqui disciplinadas não excluem outras previstos no Edital, neste Contrato e na legislação correlata.
19. Substituir ou refazer, às suas expensas, os itens que estiverem em desacordo com o especificado neste instrumento, nos prazos e condições estabelecidos pela contratada;
20. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:
 - I - Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;
 - II - Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.
21. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS PENALIDADES

(Art. 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e neste instrumento.

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:



I - Prazo previsto para preparação dos ambientes de trabalho dos serviços do Lote 1:

- a) Atraso superior a 30 (trinta) minutos e até o limite de 01 (uma) hora: multa de mora de 3,0% (um por cento) sobre o valor do serviço contratado.
- b) O atraso superior a 01 (uma) hora na preparação dos ambientes de trabalho e até o limite de 02 (duas) horas: multa de mora de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor do serviço contratado.
- c) Atrasos superiores 02 (duas) horas poderão caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II - Prazo previsto para entrega de produtos dos serviços do Lote 1:

- a) Descumprir o prazo definido pela fiscalização para a entrega das cópias dos serviços, vídeos, materiais ou produtos em *pendrive* ou arquivos digitais gravados contendo o material bruto e vídeos documentários e institucionais em até 1 (um) dia: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do serviço contratado.
- b) Descumprir o prazo definido pela fiscalização para a entrega das cópias do material de argumento, pré-produção, produção, roteiro, captação de imagens e sons, edição, *storyboard*, decupagem e finalização de vídeos em até 2 (dois) dias: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado.
- c) Atrasos superiores aos limites máximos previstos nas alíneas "a" e "b" anteriores poderão caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

III - Prazo previsto para montagem dos equipamentos dos serviços do Lote 2:

- a) Atraso de até 01 (uma) hora: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado.
- b) Atraso superior 01 (uma): poderão caracterizar a inexecução parcial ou total .

IV - Descumprimento de obrigações na execução dos serviços do Lote 3:

- a) Não preparar o ambiente de filmagem na véspera da eleição: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato;
- b) Não iniciar os trabalhos de filmagens das atividades de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela no horário a ser determinado pelo fiscal do Contrato: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- c) Ausentarem-se da sala os profissionais que estiverem operando os equipamentos durante a filmagem dos trabalhos da Comissão de Auditoria de Urnas eletrônicas por meio de Votação paralela, sem a permanência de um substituto automático: multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por cada ausência, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

V - Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a) Até 2 (dois) descumprimentos, multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- c) De 4 (quatro) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- d) A ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.



Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

Subcláusula Terceira - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Contrato como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quarta - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

Subcláusula Quinta - As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

Subcláusula Sexta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Sétima - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.



Subcláusula Oitava - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Nona - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Décima – Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima Primeira – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Décima Segunda - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Quarta - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Sexta- No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).



Subcláusula Décima Sétima - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Oitava - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Nona - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Vigésima – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las.

Subcláusula Vigésima Primeira - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às aquisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – Por se tratar de **contrato de escopo**, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 meses, **não há previsão de reajuste de preços**, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XI e XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - À execução do presente Contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, nas Resoluções TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lido e achado conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 2020.

Pelo CONTRATANTE	Pela CONTRATADA
Testemunha	Testemunha

ANEXO I AO CONTRATO N. ____/2020/TRE-RO

ESPECIFICAÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO (conforme item 2.2 do TR e seus subitens):

I - Os serviços de filmagens, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, transmissão ao vivo (*streaming*) e gravação de sessões, eventos, capacitações e atividades institucionais e instalações de divulgações por meio de telões de LED, deverão ser executados de acordo com os detalhamentos abaixo:

2.2.1 - DO LOTE 1:

Especificação dos serviços do Lote 1: serviço de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos, com duas câmeras filmadoras de alta-definição (HDV/fullHD) com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais e equipamentos de captação sonora posicionados de forma estratégica de modo a registrar as ações requisitadas pelo Tribunal, com possibilidade de recuperação dos dados, devendo a contratada fornecer todo o material a ser utilizado nos trabalhos, tais como equipamentos ou acessórios (gerador, no break, baterias, iluminação, tripés, grua de filmagem, etc) de modo a evitar quaisquer interrupções de filmagens, registrando os trabalhos, visando entregar ao final as filmagens totais dos itens 1 e 2 com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, consoante devidamente especificados abaixo.

2.2.1.1 - ITEM 01: Filmagem, com captação de imagens e sons das atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários ao resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial), com quantitativo estimativo total de até 45 (quarenta e cinco) requisições de 4 (quatro) horas com equipe de filmagem à disposição da administração do TRE-RO, efetuando todas as gravações necessárias, para as quais a Contratada deverá cumprir nos seguintes termos:

- a) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com o período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;
- b) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número de requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 45 (quarenta e cinco) possíveis requisições de período de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao **direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 45 (quarenta e cinco) requisições de 4 (quatro) horas;**
- c) Utilização de **2 (duas) câmeras** que capturem imagens em alta definição HDV/fullHD, jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, microfone de mão e de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), iluminação e tripé, e fornecimento de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;
- d) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;
- e) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;
- f) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;
- g) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;
- h) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;
- i) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO ou pelos fiscais do contrato e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- j) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer aos sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;
- k) Os serviços serão executados no período de 10 (dez) meses após a assinatura do contrato, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.2 - ITEM 2: Filmagens, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais para o canal YouTube e redes sociais do TRE-RO das atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários o resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial). Os serviços ocorrerão da seguinte forma:

- a) Captação de imagens e sons objetivando a produção profissional de vídeos institucionais alta definição HDV/fullHD e sons, para veiculação também no canal YouTube e redes sociais do TRE-RO;
- b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;
- c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 40 (quarenta) possíveis requisições de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 40 (quarenta) requisições de 4 (quatro) horas;
- d) Utilização de 1 (uma) câmera que capture imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos, microfone de mão, de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), tripé e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;
- e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;
- f) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;
- g) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;
- h) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;
- i) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;
- j) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- k) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;
- l) Os serviços serão executados no período de 10 (dez) meses após a assinatura do contrato, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.3 - ITEM 3: Filmagens, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos institucionais para o canal YouTube e redes sociais do TRE-RO da cobertura do "Projeto Eleitor em Perceptiva". Os serviços ocorrerão da seguinte forma:

- a) Captação de imagens e sons objetivando a produção profissional de vídeos institucionais alta definição HDV/fullHD e sons, para veiculação também no canal YouTube e redes sociais do TRE-RO;
- b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;
- c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 4 (quatro) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 40 (quarenta) possíveis requisições de 4 (quatro) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 40 (quarenta) requisições de 4 (quatro) horas;

d) Utilização de 1 (uma) câmera que capture imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera com jogos de lentes de alta performance na captação de imagens e vídeos, filtros de efeitos e correções, iluminação adequada para *stúdio*, bem como equipamentos necessários para produção profissional de vídeos, microfone de mão, de lapela e microfone externo com boom (dependendo do caso), tripé e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento, bem como fornecimento de todas as mídias necessárias a gravação;

e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar os equipamentos de filmagem;

f) Os profissionais deverão usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;

g) A gravação se dará em ambientes fechados e/ ou abertos, previamente definidos pelo Tribunal;

h) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;

l) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

j) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno;

k) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

l) Será realizada meia diária (uma requisição), suficiente para cobertura das audiências públicas, por localidade descrita a seguir:

1. Ariquemes
2. Ouro Preto do Oeste
3. Rolim de Moura
4. Guajará-Mirim
5. Vilhena
6. Porto Velho
7. Presidente Médici
8. Candeias do Jamari
9. Cacoal
10. Pimenta Bueno
11. Jaru
12. Ji-Paraná

13. Itapuã do Oeste

NOTA 1: Todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto, quando executado em município distinto da capital, descrito neste item 3, do lote 1, deverão fazer parte da proposta comercial da Contratada, sem ressarcimento posterior por parte da Contratante de gastos como: diárias, hotel, transporte e alimentação e qualquer outro.

2.2.1.4 - ITEM 04: Filmagens e captação de imagens através de utilização de *drone* profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição. Os serviços ocorrerão da seguinte forma:

a) Captação de imagens objetivando registrar as atividades institucionais do Tribunal, das sessões plenárias da corte, do planejamento das ações institucionais das eleições, das ações do Tribunal na área de acessibilidade e inclusão social, dos projetos sociais do Tribunal no ano de 2020, dos registros do dia das eleições, dos bastidores da votação paralela, da Coordenação de Segurança das Eleições – Cose, da votação nas escolas, voto do preso provisório e da transmissão dos resultados, além dos registros necessários o resgate histórico da Memória Eleitoral, e a realização da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos nas Eleições de 2020 (cerimonial);

b) O dia específico para cada tomada será definido e informado pelo TRE-RO, em requisição expedida pelo Gestor ou pelos Fiscais do Contrato, com período de 4 (quatro) horas a ser utilizada durante as filmagens;

c) A contratação deste item será feita por dia em razão da dinâmica diferenciada dos eventos, não sendo inferior ao período de 2 (duas) horas de serviço à disposição do TRE-RO por requisição. De modo que foi estimado o número de requisições necessárias de filmagem para cobrir os eventos previstos num total de 10 (dez) possíveis requisições de 2 (duas) horas de gravação, contudo a Administração reserva-se ao direito de requisitar os serviços efetivamente necessários para o atendimento das demandas, não se obrigando a executar o total das 10 (dez) requisições de 2 (duas) horas;

d) Utilização de *drone* profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição;

e) Disponibilizar cinegrafista (s) capaz (es) de operar o *drone* profissional e os equipamentos de filmagem;

f) Os profissionais deverão estar devidamente habilitados, credenciados e usar vestimentas apropriadas para a execução dos serviços neste Tribunal;

g) As gravações serão realizadas somente no município de Porto Velho;

h) A gravação se dará em ambientes abertos, previamente definidos pelo Tribunal;

i) O tempo que a empresa contratada utilizará para montagem e teste dos equipamentos necessários para execução dos serviços não será computado para efeitos de pagamento;

j) Os dias, horários, locais e momentos a serem registrados nas filmagens serão definidos pela Seção de Comunicação Social do TRE-RO e comunicados à contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

k) A prestação dos serviços de filmagens poderá ocorrer em sábados, domingos e feriados, podendo, ainda, ocorrer em período noturno.

l) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

2.2.1.5 - ITEM 5: Produção, edição e finalização de 3 (três) vídeos documentários institucionais (VT) de 5 até 15 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional

Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada do Item 5 do Lote 1: Argumentação, pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 3 (três) vídeos institucionais.

a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a abordagem sobre os temas propostos pela Justiça Eleitoral descritos no Lote 1: itens 01, 02 e 03 e planejados juntamente com a Seção de Comunicação Social e outras unidades ou comissões do Tribunal, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;

b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 3 vídeos documentários (VT), podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.

2.2.1.6 - ITEM 6: Produção, edição e finalização de 2 (dois) vídeos documentários institucionais (VT) de 10 a 20 minutos das captações de imagens, vídeos e sons (itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada do Item 6 do Lote 1: Argumentação, pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 2 (dois) vídeos institucionais.

a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a abordagem sobre os temas propostos pela Justiça Eleitoral descritos no item 2.2.1.1 (Lote 1: itens 01, 02 e 03) e planejados juntamente com a e outras unidades ou comissões do Tribunal, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;

b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 2 vídeos documentários (VT), podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.

2.2.1.7 - ITEM 7 e 8: Produção, edição e finalização de 45 (quarenta e cinco) vídeos institucionais, sendo 40 (quarenta) de até 2 minutos e outros 5 (cinco) de até 4 minutos, para o canal YouTube do TRE-RO, redes sociais e divulgação das ações institucionais do Tribunal e sobre às Eleições Municipais 2020, a Memória

Eleitoral e o "Projeto Eleitor em Perspectiva", das captações de imagens, vídeos e sons (Lote 1 – itens 1, 2 e 3), de modo a atender o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, podendo este também fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

Descrição detalhada dos Item 7 e 8 do Lote 1: Pré-produção, produção, roteirização, captação de áudio e vídeo, trilha sonora personalizada, edição e finalização de 33 vídeos institucionais.

a) A empresa contratada deverá entregar à equipe técnica da Seção de Comunicação Social, após o *briefing*, o argumento, o roteiro, o *storyboard* e a decupagem, com objetivo de averiguar a qualidade do vídeo quanto a abordagem sobre os temas planejados juntamente com a Seção de Comunicação Social, bem como, a análise de enquadramentos, ângulos e planos de câmeras atribuídos às cenas, qualidade das imagens, efeitos aplicados e análise comparativa. A Contratada deverá entregar também todo material bruto das imagens e sons capturados com corte seco, legenda, janela em LIBRAS e áudio-descrição, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons;

b) A empresa contratada deverá entregar à Seção de Comunicação Social após concluído todos os trabalhos de argumento, pré-produção, produção, roteirização, captação de imagens e sons, edição e finalização de vídeos, em pendrive ou arquivo (s) em formato mp4, 45 vídeos institucionais, podendo o TRE-RO fornecer material de áudio, vídeo e fotográfico para edição de imagens e sons.

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada;

d) Todos os serviços serão executados no município de Porto Velho.

2.2.2 - DO LOTE 2:

Especificação dos serviços do Lote 2: Contratação de serviço de instalação de painel de LED para divulgação dos resultados das Eleições 2020, e outros eventos institucionais do Tribunal.

2.2.2.1 - ITEM 01:

Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 04/10/2020 (Domingo) – 1º e 2º turno das Eleições 2020.

a) Os painéis deverão atender as seguintes características:

i. Medidas mínimas de 3m x 5m;

ii. Ser instalado com estrutura fixas de treliça de alumínio 030, a uma altura mínima de 4 metros do chão, de modo a facilitar a visualização por um grande número de pessoas, conforme pedido da SECOMS e da STIC do TRE-RO;

iii. Para instalação poderá ser utilizada estrutura fixa.

b) O painel de LED deverá atender às seguintes especificações:

i. O sistema deverá suportar resolução mínima P6 para projeção de imagem em alta definição;

ii. O equipamento deverá possuir uma entrada e saída de áudio;

iii. Cabos para conexão Computador x Painel com medidas mínimas de 8m;

iv. Cabos de energia com medidas mínimas de 8m;

v. Uso em ambiente externo; e



ix. Conexão HDMI, DVI ou VGA.

c) Os equipamentos poderão ser instalados no município de Porto Velho/ RO em local determinado pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Regional.

d) A contratada poderá realizar a montagem e instalação dos equipamentos no mesmo dia das projeções ou, se preferir, em dia anterior. Em qualquer hipótese a contratada deverá observar o prazo suficiente para a realização de testes nos equipamentos e o pré-agendamento dos serviços com a Seção de Comunicação Social ou com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE de Rondônia, por meio do telefone n. (69) 3211-2019, 3211-2129 ou e-mails: secoms@tre-ro.jus.br ou sti@tre-ro.jus.br.

e) A projeção será realizada ininterruptamente no período 4 horas conforme horário requisitado pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, sendo necessário que todos os equipamentos (mínimos painéis de LED P6 e treliças) estejam devidamente montados, testados e posicionados 2 horas antes dos eventos;

f) Havendo falha em algum painel de LED a empresa contratada deverá instalar imediatamente um aparelho substituto, visando manter a divulgação;

g) A desmontagem dos equipamentos será autorizada pela Seção de Comunicação Social ou pelo setor técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal e ocorrerá somente após o encerramento das atividades do TRE-RO de totalização/resultados do pleito Eleitoral 2020, da Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e dos eventos institucionais.

h) Serão projetados os resultados parciais e finais da apuração das Eleições Municipais de 2020 e outras imagens institucionais disponibilizadas pelo Tribunal durante os eventos;

i) Um dos conjuntos (painel de LED) será utilizado para divulgação do resultado das eleições majoritárias (prefeitos) e a outra para o resultado das eleições proporcionais (vereadores);

j) O gerenciamento das informações que serão projetadas nos painéis ficará a cargo da Secretaria de Tecnologia da Informação com apoio da Seção de Comunicação Social, as quais providenciarão os computadores e os meios de acesso à rede de dados necessários à divulgação dos resultados;

l) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.2.2 - ITEM 02:

a) Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos resultados da eleição no dia 25/10/2020 (Domingo) – 2º turno das Eleições 2020, possíveis eleições suplementares e eventos institucionais do Tribunal, se ocorrerem.

b) Os serviços serão feitos de acordo com as especificações para Item 01 deste Lote 2, acima elencadas;

c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.2.3 - ITEM 03: Cerimônia de Diplomação dos Eleitos e eventos institucionais.

a) Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (mínimo 3m x 5m) para divulgação dos de possíveis eleições suplementares e eventos institucionais do Tribunal, se ocorrerem.

b) Os serviços serão feitos de acordo com as especificações para Item 01 deste Lote 2, acima elencadas;



c) Os serviços serão executados a partir da data de assinatura do contrato, mediante requisição ou ordem de serviço emitida pelo gestor da contratação, de acordo com as demandas do contratante e o desenvolvimento dos trabalhos da contratada.

2.2.3 - LOTE 3, itens 01 e 02:

Especificação dos serviços do Lote 3 – itens 1 e 2: Contratação do Serviço de Filmagem dos trabalhos da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, nos seguintes termos:

a) O Serviço será utilizado nas Eleições 2020, no dia 04/10/2020 (item 1), e, havendo segundo turno, no dia 25/10/2020 (item 2). As datas poderão sofrer alterações.

b) A CONTRATADA deverá realizar a montagem e instalação dos equipamentos, OBRIGATORIAMENTE, no sábado anterior ao dia das Eleições do 1º turno e segundo, se houver - ou, se preferir, em dia anterior. Em qualquer hipótese a contratada deverá observar o prazo suficiente para a realização de testes nos equipamentos e o pré-agendamento dos serviços com a servidora Rudma Rosa, Gerente do Projeto, por meio do telefone n. (69) 3211 2143/2144 ou e-mail rudma.rosa@tre-ro.jus.br;

c) Na hipótese de ampliação dos horários de trabalho da comissão, no dia da eleição, a contratada deverá continuar a prestar os serviços de filmagem até que concluídos os procedimentos para solução das divergências, caso ocorram, até o encerramento dos trabalhos pela comissão, sem qualquer ônus adicional ao contratante;

d) Filmagem ininterrupta dos procedimentos de Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela para verificação do funcionamento das urnas sob condições normais de uso, a ser realizada das 08 (oito) horas até as 17 (dezesete) horas, devendo a gravação atender às seguintes especificações:

d1) utilização de 3 (três) câmeras de alta resolução no primeiro turno e, 02 (duas) no segundo turno. As câmeras deverão possuir tripé, incluindo todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sendo uma para cada mesa com urna eletrônica a ser utilizada nos trabalhos da Auditoria de Urnas Eletrônicas, posicionadas de modo a registrar no mínimo a tela de cada uma das urnas eletrônicas, da seguinte forma:

d2) O posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação obedecerá às determinações da Comissão Auditoria de Urnas Eletrônicas por Votação Paralela;

d3) Captação de áudio, com utilização de 3 (três) microfones, e 02 (dois) no segundo turno, tipo auricular, ou de lapela, ou de mesa, com alta qualidade de captação de sons (incluindo acessórios), sendo 1 (um) microfone para cada um dos servidores que estarão efetuando a digitação nas urnas eletrônicas;

d4) Gravação de áudio e de vídeo para cada câmera, com captação independente e simultânea para cada urna eletrônica, com possibilidade de recuperação dos dados no decorrer dos trabalhos ou imediatamente após o seu final;

d5) 3 (três) aparelhos de TV, no mínimo 40", e 02 (duas) no segundo turno, para monitoramento simultâneo com as imagens de cada câmera, posicionado próximo à respectiva urna eletrônica;

d6) Período de gravação equivalente à duração do processo da Auditoria de Urnas Eletrônicas por Votação Paralela, com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do decorrer do trabalho.

e) Fornecimento de todo o material (câmeras, cartão de memória, microfones, televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção, sem acréscimo ao valor do contrato.

f) Disponibilização de, no mínimo, 2 (dois) técnicos habilitados na operacionalização dos equipamentos de filmagem e gravação.

g) Os trabalhos iniciarão às 7h da manhã do dia da Eleição, momento em que os técnicos da Contratada deverão estar à disposição da Contratante para inícios dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

- h) O serviço será realizado em Porto Velho no prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ou em outro endereço a ser informado pelo Fiscal do Contrato, na mesma cidade;
- i) O Serviço será cotado por dia de filmagem, considerando-se uma diária para a data do primeiro turno e, se houver, e uma diária para a data do segundo turno.
- j) O serviço de filmagem do primeiro e segundo turnos somente serão pagos se efetivamente utilizados.
- k) Disponibilização de uma cópia originais em *pendrive*, *HD* ou outro dispositivo compatível identificado, acondicionados em embalagem acrílica individual, ou arquivos em extensão mp4, contendo o material bruto gravado durante a Auditoria de Urnas Eletrônicas por meio de Votação Paralela, em até 72 horas após o término da gravação.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 21/05/2020, às 09:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0537660** e o código CRC **AAD138A0**.

0000722-74.2020.6.22.8000

0537660v4

Criado por 006007062364, versão 4 por 006007062364 em 21/05/2020 09:21:42.